

UNIVERSIDADE FEEVALE

CAROLINA STELTER

CASA DE PASSAGEM

Novo Hamburgo

2014

CAROLINA STELTER

CASA DE PASSAGEM

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Feevale.

Professores: Alessandra M. do A. Brito e Geisa Tamara Bugs

Orientador: Alessandra M. do A. Brito

Novo Hamburgo

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me proporcionou a vida e a possibilidade de vivê-la de forma tão abençoada.

Agradeço a minha mãe, que apesar de não ter me gerado, me mostrou a mais linda e pura forma de amor, doando-se por completo e muitas vezes mais do que possível, não medindo esforços para me ver sorrir e alcançar meus sonhos desde pequena. É para ela que dedico este trabalho.

Obrigada a todos que nesses anos de estudo compartilharam, dividiram e auxiliaram no desenvolvimento de cada trabalho, na vitória em cada disciplina concluída, e em especial aqueles que desde o início caminharam ao meu lado, sendo muito mais que apenas colegas, mas sim amigos, são eles: Amanda Capellati, Ananda Mota da Rossi, Isaque Schaefer e Mateus Hillebrand.

Agradeço ao Me. Dr. Professor Reginaldo Macedônio da Silva, quem me concedeu a oportunidade de estágio no Laboratório de Geoprocessamento e Topografia, sem a qual estaria mais distante de conquistar o diploma. Obrigada por ser mais que um chefe, ser um amigo e parceiro, assim como meu amigo Vagner Einsfeld que por muitas vezes compartilhou as angústias e ajudou a superar os obstáculos do curso sendo um ombro amigo.

Obrigada a todos os mestres que da sua maneira instigaram o saber dentro de mim e passaram seus conhecimentos de forma competente e admirável.

Que o futuro traga os frutos semeados nesta caminhada.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	8
1 INTRODUÇÃO	9
2 TEMA	11
2.1 CONTEXTO, ESTATÍSTICAS E JUSTIFICATIVA	11
2.2 DADOS GERAIS	15
2.2.1 O morador de Rua no Brasil	15
2.2.1.2 Tipos de moradores	16
2.2.2 Dados da População em Situação de Rua no Rio Grande do Sul	17
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS	20
2.3.1 Políticas Nacionais	20
2.3.2 Lei Nº 8.742, 7 de Dezembro de 1993.	21
2.3.3 Decreto Nº 7.053, 23 de Dezembro de 2009.	23
2.3.4 Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS	24
2.4 ABRIGOS	26
3. ÁREA DE INTERVENÇÃO	28
3.1 O MUNICÍPIO	28
3.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO	29
3.3 PLANO DIRETOR	33
3.4 O LOTE	35
4. MÉTODO DA PESQUISA	39
4.1 ESTUDO DE CASO	39

5. PROJETOS REFERENCIAIS	43
5.1 PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS	43
5.1.1 Capslo Homeless Services Center (COURTESY OF GWYNNE PUGH URBAN STUDIO, 2014)	43
5.1.2 Homeless Shelter in Pamplona by Javier Larraz Arquitectos (LARRAZ, 2014)	47
5.2 PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS	53
5.2.1 NewBudEco – School (EUROPACONCORSI, 2014b)	53
5.2.2 Escola Primária de Mulan (EUROPACONCORSI, 2014a)	57
5.3 OUTRAS REFERÊNCIAS	60
5.3.1 Goli& Bosi (LEI, 2014)	60
5.3.2 PARETS / Manuel Ruisánchez (PLATAFORMA, 2014c)	61
5.3.3 Centro Polivalente Valle de Salazar / gutiérrez de lafuente arquitectos (PLATAFORMA, 2014a)	62
5.3.4 CGC Bellavista (PLATAFORMA, 2014b)	64
6. PROJETO PRETENDIDO	65
6.1 PROPOSTA DE PROJETO	65
6.1.1 Programa de necessidades e pré-dimensionamento	66
6.2 MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS	68
6.2.1 Steel Frame	68
6.2.3 Coberturas	70
6.2.3.1 Coberturas Aparentes	70
6.2.3.2 Eco telhados	71
7. NORMAS TÉCNICAS	73
7.1 NBR 9077/ 2001 - Saída de Emergência em edifícios e especificações sobre prevenção de incêndios.	73

7.2 NBR 9050/2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	74
8. CONCLUSÃO	76
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
10. ANEXOS	83
Anexo A – Formulário de Registro de Acolhida Social	83
Anexo B – Ficha Cadastro de Adultos	84
APÊNDICES	86
APÊNDICE A	86

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - População em situação de rua por sexo	13
Figura 2 - População em situação de rua por idade	13
Figura 3 - População em situação de rua por local onde costuma dormir	14
Figura 4 – Mapa da localização do Município de Novo Hamburgo no Estado do Rio Grande do Sul.....	28
Figura 5 – Principais vias e equipamentos no entorno próximo à área de intervenção.....	30
Figura 6 – Figura dos tipos de usos no entorno à área de intervenção	31
Figura 7 – Vista do Streetview da fachada principal do lote e a relação com o entorno	32
Figura 8 – Plano diretor de Novo Hamburgo sobreposto à imagem de satélite do Google Earth	34
Figura 9 – Imagem de Streetview da área de intervenção.....	36
Figura 10 – Levantamento planialtimétrico do lote	36
Figura 11 – Lote e suas dimensões.....	37
Figura 12 – Análise da insolação e dos ventos dominantes no lote	38
Figura 13 – Casa Sede do CREAS-POP NH.....	40
Figura 14 – Imagem da fachada principal do projeto.....	44
Figura 15 – Planta baixa do pavimento térreo	45
Figura 16 – Planta baixa segundo pavimento.....	46
Figura 17 – Corte esquemático do projeto.....	47
Figura 18 – Vista do projeto no contexto	48
Figura 19 – Imagem da localização do projeto em relação ao entorno	49
Figura 20 – Vista da fachada do prédio	50
Figura 21 – Imagem interna das salas de oficinas.....	50
Figura 22 – Planta baixa primeiro pavimento.....	51
Figura 23 – Planta baixa do segundo pavimento.....	51
Figura 24 – Fachada e detalhe da fachada do projeto	52
Figura 25 – Imagem aérea da escola e fundo figura do projeto em relação à cidade.....	53
Figura 26 – Vista do observador no pátio da escola.....	54
Figura 27 – Construção da fachada com a técnica do Steel Frame	55

Figura 28 – Imagem interna das salas de aula	56
Figura 29 – Composição da fachada com painéis coloridos	57
Figura 30 – imagem do acesso ao prédio.....	58
Figura 31 – Imagem da sala de aula	58
Figura 32 – Imagem do pátio da escola.....	59
Figura 33 – Imagem do pátio	60
Figura 34 - Sinalização gráfica visual	61
Figura 35 – Vista para o pátio interno.....	62
Figura 36 – Imagem dos painéis translúcidos.....	62
Figura 37- Volumetria do projeto	63
Figura 38 - Sinalização interna	63
Figura 39 – Grafite artístico na fachada.....	64
Figura 40 – Estrutura em Steel Frame.....	69
Figura 41 – Imagem das placas cimentícias externas	69
Figura 42 – Instalações hidrosanitárias	70
Figura 43 – Imagem do esquema de montagem do Ecotelhado modelo Laminar alto.....	72
Figura 44 – Esquema da montagem do ecotelhado tipo Hexa	72
Figura 45 – Área para manobra sem deslocamento.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela com o total de municípios levantados na pesquisa.....	12
Tabela 2 - Motivos pela não preferência por dormir em albergues	14
Tabela 3 – Situação dos moradores de rua de Porto Alegre	18
Tabela 4 – Faixa etárias dos moradores de Rua em Porto Alegre	19
Tabela 5– Tempo de permanência nas ruas	19
Tabela 6 – Tabela do regime urbanístico de Novo hamburgo	34
Tabela 7 – Índices urbanísticos aplicados ao lote	35
Tabela 8 – Programa de necessidades	67

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa do Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Feevale, tem por objetivo congrega informações relevantes para a compreensão e embasamento para o desenvolvimento do projeto arquitetônico de uma Casa de Passagem, para as pessoas em situação de rua do município de Novo Hamburgo - RS.

A motivação para o tema de cunho social surgiu além das memórias da infância e do exemplo de caridade que me foi ensinado em casa, como também do olhar para a realidade em que vivemos. A cada dia o tema abordado se mostra mais atual e relevante, sendo versado nos mais diferentes meios de comunicação do Estado.

Atualmente em âmbito nacional, as políticas públicas, apesar de terem evoluído, ainda necessitam de uma revisão no modo como são aplicadas. Foi a partir da Constituição Nacional de 1988, que foram elaboradas as leis para moradores de rua, até então, toda essa população estava ao descaso e desamparada pelas medidas sociais do governo.

Ainda hoje, há um desfalque nessas ações governamentais em relação à essa parcela da população, porém com as pesquisas do CENSO em 2007, pode-se contabilizar efetivamente a quantidade de pessoas vivendo em locais públicos, debaixo de pontes, viadutos, praças, marquises e outros. Foi um avanço significativo a inclusão dessa categoria no Censo e a partir dos dados levantados, medidas mais efetivas puderam ser desenvolvidas.

A resistência dos moradores a utilizarem serviços e casas assistenciais ainda é significativa, sejam pelas regras estabelecidas ou pelas oportunidades que o local oferece. Com essa relutância é comum perceber a presença dos moradores em locais públicos inapropriados, que geram desconfiança da população, em geral, por falta de conhecimento e de instrução para com os mesmos. Essa desconfiança muitas vezes oriunda do preconceito, causa repúdio a esses estabelecimentos que por sua vez tem a intenção de auxiliar as pessoas em situação de rua a terem uma

vida melhor. Em Novo Hamburgo a resistência de moradores e de empreendimentos ainda se mostra bastante expressiva, de modo a ser um ponto analisado com maior atenção no projeto desenvolvido.

Em Novo Hamburgo os centros de assistência sociais destinados a esta população acontecem em edificações adaptadas, normalmente casas antigas sem estrutura para atender a essa demanda. Ainda não existe um projeto específico que realmente considere as necessidades reais dessas pessoas.

Por fim, a partir desta pesquisa, as pessoas em geral possam entender as causas e as necessidades desses habitantes, para que se tenha conhecimento dos espaços necessários para os mesmos, assim como, o dimensionamento necessário das salas e o entendimento da análise da área de intervenção. Que este trabalho evidencie também as aspirações dos moradores que muitas vezes esperam uma oportunidade de estudo, trabalho e de serem reconhecidos como de fato são: pessoas com sonhos, vontades e que merecem ser tratadas como qualquer outro cidadão.

2 TEMA

2.1 CONTEXTO, ESTATÍSTICAS E JUSTIFICATIVA

A partir de uma pesquisa teórica sobre o morador de rua, compreende-se que esta "situação de rua" é uma consequência da sociedade capitalista em que vivemos. Desde os primórdios a divisão entre as classes sociais é determinada pelo poder econômico ou pela influência política dos indivíduos, classificando-os e determinando seu "status". Esta relação é diretamente proporcional, ou seja, quem possui mais poder econômico, tem acesso a ensino de melhor qualidade, saúde, moradia e lazer. Em contrapartida, aquele cidadão que possui baixa renda, e consequentemente estiver fora dos padrões impostos pela sociedade, se torna praticamente invisível (ARGILES, 2011).

Como demonstram os dados do último Censo, apenas 209 municípios dos mais de 5.000 onde foram aplicadas as pesquisas, apresentam rendimento médio mensal entre R\$ 3.000,00 e R\$ 6.512,79, enquanto mais de 1.500 destes municípios recebem em média por mês de R\$ 538,47 a R\$ 1.100,00. Esta é a parte da população que muitas vezes é omitida pela sociedade, causando sentimento de pena, ou repulsa (BRASIL, 2008).

Até 2005 não haviam dados censitários sobre esta fração da população, em que se enquadram as pessoas em situação de rua. Somente em setembro de 2005, foi realizado o I Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua, em que discutiu-se, em parceria com os movimentos sociais mais significativos, os desafios, estratégias e a formulação de medidas públicas para essa cota de habitantes (BRASIL, 2008).

A partir desta conferência foi destacado como ponto de partida fundamental o levantamento e a quantificação dos indivíduos nestas condições, de modo a subsidiar as ações e políticas públicas específicas para essa parcela da população (SAGI, 2010).

Esta coleta de dados da conferência ocorreu em 71 municípios do país que ainda não haviam efetuado estudos semelhantes, como é o caso de Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Recife, que já haviam coletado informações referentes à situação dos moradores de rua das suas cidades (QUIROGA, 2011).

Como base de dados para esse estudo utilizou-se a estimativa populacional para o ano de 2004 (QUIROGA, 2010). Foram mobilizados 55 coordenadores, 269 supervisores e 926 entrevistadores totalizando 1250 profissionais destinados a realização deste serviço, juntamente com 86 educadores/profissionais que já efetuavam um trabalho com moradores de rua e mais de 140 moradores de rua que apoiaram e participaram do desenvolvimento da pesquisa, totalizando 233 apoiadores. Ao todo pode-se estimar a colaboração de mais de 1400 pessoas no desenvolvimento e levantamento das informações (QUIROGA, 2010).

A pesquisa foi aplicada de duas maneiras, na primeira através de um questionário composto de 19 perguntas aplicadas aos moradores de rua, e a segunda de forma amostral com 62 perguntas ocorrendo, normalmente no período noturno, já que este horário os moradores correntemente já estão no local escolhido para pernoitar. Na tabela 1 tem-se o total de municípios por região do Brasil onde foi aplicada a pesquisa (QUIROGA, 2010).

Tabela 1 - Tabela com o total de municípios levantados na pesquisa

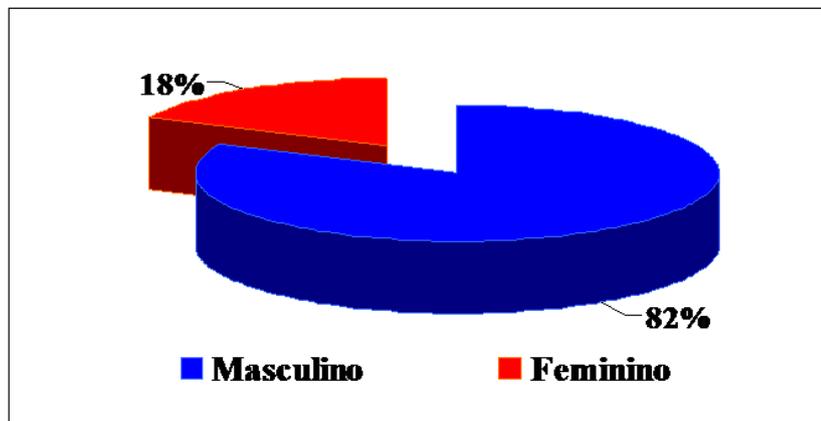
Região	Total de municípios
Centro-Oeste	6
Norte	8
Nordeste	12
Sudeste	36
Sul	9

Fonte: Quiroga (2010)

A população que faz das ruas sua moradia, utilizando as praças, viadutos, bancos como seu local de pernoite, tem certa desconfiança para com a sociedade, que age com descaso, e muitas vezes com hostilidade com esses cidadãos. Desta forma é compreensível a negação em responder pesquisas ou até mesmo da aproximação de pessoas, já que por muitas vezes o contato que conseguem fazer é retribuído de forma negativa. A pesquisa levantou os dados de repulsa e comprovou que mais de 13% (aproximadamente 4.275 casos) se negaram a participar do levantamento em todos os municípios (QUIROGA, 2010).

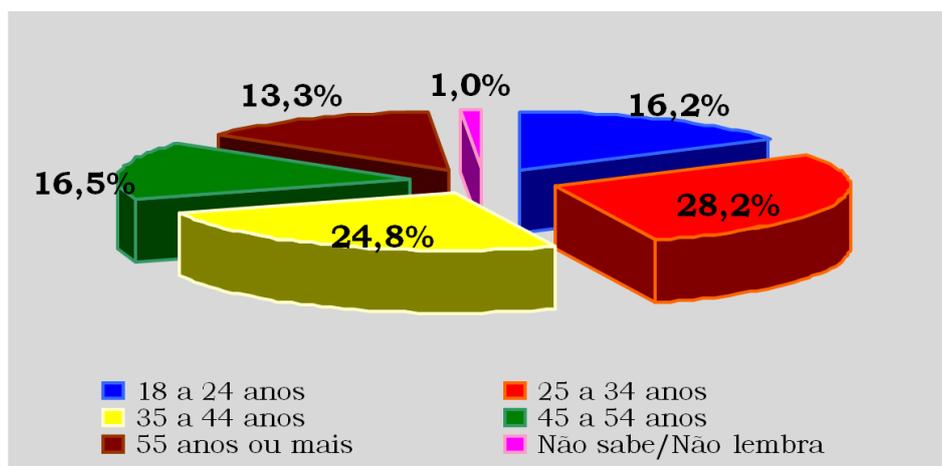
Como resultado do levantamento dos moradores em situação de rua tem-se um número significativo. Nas 71 cidades onde foram aplicadas as pesquisas encontram-se em situação de rua mais de 31.000 habitantes, o que em relação à população prevista para o ano da pesquisa compõe 0,061%. Algumas análises geradas a partir dos dados coletados podem auxiliar no entendimento das características que representam essa parcela da população que estão sintetizadas nas figuras 1 e 2. Percebe-se que mais da metade dos moradores de rua são do sexo masculino e 28% deles está na faixa entre 25 e 34 anos (QUIROGA, 2010).

Figura 1 - População em situação de rua por sexo



Fonte: Quiroga (2010)

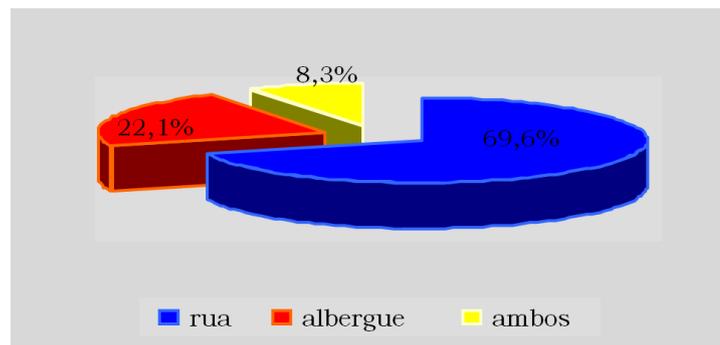
Figura 2 - População em situação de rua por idade



Fonte: Quiroga (2010)

A pesquisa identifica também a preferência da maioria dessas pessoas em dormir nas ruas (Figura 3), mesmo tendo a alternativa de pernoitarem em albergues com a possibilidade de fazerem uma refeição e acesso à higiene. Ainda assim, mais de 68% das pessoas em situação de rua acabam dormindo em locais alternativos e ao relento (QUIROGA, 2010).

Figura 3 - População em situação de rua por local onde costuma dormir



Fonte: Quiroga (2010)

O principal motivo apontado na pesquisa como fator decisivo para preferência por passar as noites nas ruas está demonstrado na tabela 2 e nela percebemos que a falta de liberdade alcança mais de 44% seguido do regramento de horários, com 27,1% e a proibição do uso de drogas e álcool com 21% (QUIROGA, 2010).

Tabela 2 - Motivos pela não preferência por dormir em albergues

Motivos	f	% (*)
Falta de liberdade	594	44,3
Horários	363	27,1
Proibição de uso de álcool e/ou drogas	287	21,4
Dificuldade em conseguir vagas	277	20,7
Maus tratos/violência	255	19,0
Proibição de sexo	80	6,0
Banho obrigatório	50	3,7
Outro	107	8,0

Fonte: Quiroga (2010)

A partir das análises e os números apresentados pela pesquisa do censo, percebe-se que o descaso com a população em estado de rua perceptível e sempre se fez presente, pois para o país como um todo até o ano de 2007, ano da pesquisa, estes habitantes eram invisíveis e não compunham os números apresentados no panorama da população do Brasil.

A partir destes dados, e da motivação pessoal, vinda dos momentos da infância, onde minha mãe acolhia e abrigava pessoas sem teto na garagem de casa, viu-se além da necessidade, uma motivação extra para o desenvolvimento do projeto pretendido. Já que nos estudos realizados sobre o tema viu-se ainda uma falta de preocupação em tratar e reabilitar essa parcela de habitantes de modo adequado.

Pretende-se, a partir de bibliografias e estudos de Caso, ter o conhecimento básico para desenvolver diversas análises que subsidiem a elaboração de um projeto, que atenda as demandas dos moradores de rua e os principais elementos que tornariam o abrigo uma opção mais atraente para esta população.

2.2 DADOS GERAIS

2.2.1 O morador de Rua no Brasil

No domínio Nacional, abordamos as políticas aplicadas à população em situação de Rua no item 2.1 uma apresentação mais aprofundada dos dados referentes ao estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). A pesquisa levantou as informações sobre os moradores de rua, visando à criação de políticas mais efetivas de proteção social voltadas à eles (VALENCIO,2008).

Como resumo deste estudo tem-se os seguintes dados a cerca dos cidadãos nesta situação:

Foram alvos de pesquisa 71 Municípios sendo 23 desses capitais e 48 deles com mais de 300 mil habitantes. Neste levantamento foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua vivendo em “calçadas, praças, rodovias,

parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro velho ou pernoitando em instituições como albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas (BRASIL, 2008:06 apud VALENCIO, 2008).

Analisando os dados fica evidente que a População de Rua do Brasil, em geral, não é constituída por "mendigos" ou "pedintes". Segundo os resultados do estudo, menos de 20% das pessoas nessa situação de vida, vivem de esmolas. Normalmente, quando questionados sobre sua profissão, relacionam suas atividades à coleta de materiais reciclados, algum trabalho no setor de construção civil ou serviços diversos. Essas pessoas prestam serviços, porém vivenciam diariamente a discriminação na tentativa de usufruir dos direitos assegurados nas leis. O relato mais frequente se dá sobre a utilização do transporte público, como se não tivessem o direito de entrar e usufruir como qualquer outro cidadão (VALENCIO, 2008).

O público alvo desta pesquisa é composta predominantemente por homens (82%) e mais de 70% deles fazem apenas uma refeição por dia. Os índices de usuários de drogas não atingem 37% e o principal motivo apontado para o abandono da moradia regular é a violência sofrida no âmbito familiar seguida da procura por oportunidades em outros municípios (VALENCIO, 2008).

Como conclusão da composição da População em Situação de Rua no Brasil, tem-se uma parcela de pessoas com capacidade de produzir, render lucros, e prestar serviços simplesmente abandonada. Faltam políticas públicas eficientes e atuantes que permitam a essa parcela dos habitantes desenvolverem suas habilidades, se capacitarem em alguma profissão e terem acesso as necessidades básicas garantidas na constituição.

2.2.1.2 Tipos de moradores

Os moradores de rua se dividem em três tipos principais (FREITAS E SOUZA, 2007):

Recém-deslocados - São pessoas que se encontram nesta situação a pouco tempo. Normalmente estes, ainda possuem o desejo de voltar à sua moradia regular, porém refletem muito sobre o momento em que se encontram. Não gostam

de ser rotulados como moradores de rua, apesar de viverem nesta condição (FREITAS e SOUZA , 2007).

Vacilantes - Este estágio é o segundo momento dos recém-deslocados, pois as tentativas mal sucedidas de sair das ruas acabam transformando o pensamento e criando uma aceitação sobre este estado de vida (FREITAS e SOUZA , 2007).

Outsider - Com o passar do tempo, a vivência nas ruas acaba se tornando normal e o indivíduo começa a abandonar a hipótese de sair das ruas. Eles se concentram mais em sobreviver nessas condições do que de fato saírem dela. Os outsiders podem ser divididos em três subtipos (FREITAS e SOUZA , 2007).

Andarilhos - O andarilho pode ser considerado um nômade, um trabalhador migrante. Consegue atingir um raio de ação maior que os outros moradores de rua, pois está sempre se deslocando afim de extrair de cada lugar o máximo. Possuem um padrão nos seus deslocamentos e um forte senso de independência e autocontrole;

Mendigos - O termo mendigo significa tradicionalmente um não-trabalhador não-migrante. Raramente se envolvem em trabalho remunerado. Isso ocorre não tanto por falta de vontade, mas porque se tornaram indiferentes ou porque estão fisicamente debilitados, devido a anos de vida dura ou pela dependência de bebida alcoólica ou uso de drogas. Sobrevivem graças às esmolas, catação de lixo, doações de instituições de caridade e apoio de serviço social;

Doentes Mentais - Sobrevivem principalmente aceitando doações, catando comida no lixo e mendigando. Na sua rotina de vida não incluem o uso de álcool e droga, são os mais reclusos e socialmente isolados.

Desta forma o projeto pretendido visa atender a todos os tipos de moradores em situação de rua, que desejam receber auxílio e tratamento para sua reabilitação.

2.2.2 Dados da População em Situação de Rua no Rio Grande do Sul

No Rio grande do Sul, mais especificadamente na capital Porto Alegre foi realizado o levantamento dos dados referentes às pessoas em situação de rua no período de 13 a 21 de dezembro de 2011. A pesquisa organizada pela Prefeitura de

Porto Alegre, foi organizada de forma a estabelecer roteiros de percursos divididos nas equipes de trabalho (30 entrevistadores, cinco supervisores em turnos de 6 horas). Os dias da semana com mais sucesso na aplicação dos questionários foram terças e quartas-feiras com mais de 50% dos questionários respondidos, em contrapartida o percentual de respostas obtidas no domingo alcançou quase 4%, sendo o dia de menor êxito (DORNELES e SILVA,2012).

Os turnos de trabalho alternaram entre manhã, tarde e noite, sendo o turno da noite o maior período de coleta, totalizando 43,6% da pesquisa. Os primeiros locais escolhidos para o levantamento dos dados foram os abrigos, albergues e casas de convivência da capital e, a posteriori as ruas de Porto Alegre. No total foram contabilizados 1.347 pessoas, sendo 345 delas entrevistadas dentro das dependências dos serviços destinados a esse público e 1.002 nas ruas e logradouros da cidade (DORNELES e SILVA,2012).

A região com maior concentração de moradores de rua é a região do centro com 27% e suas adjacências com o Bairro Floresta e Menino Deus com 10% e 7,7% respectivamente. Foram nessas regiões que concentraram-se as maiores ocorrências de entrevistas totalizando 45%. O cenário social encontrado mais frequentemente durante as entrevistas é a configuração de adultos em situação de rua em pares (48%) ou sozinho/isolado (46,3%). A maioria dos moradores foi encontrado instalado em local público (27,5%), enquanto 24,5% estava em albergues ou abrigos e atingindo uma porcentagem significativa (20%), estavam em trânsito/ trabalhando como mostra a tabela 3 (DORNELES e SILVA,2012):

Tabela 3 – Situação dos moradores de rua de Porto Alegre

Situação	2011	
	Freq	%
Instalado / acampado em lugar público	370	27,5
Instalado / acampado em lugar privado	19	1,4
Descansando / dormindo sem estar acampado	180	13,4
Em trânsito / trabalhando	273	20,3
Albergue / Abrigo / Casa de Convivência	330	24,5
Perambulando	139	10,3
NR	36	2,7
Total	1347	100

Fonte: Seibt (2014)

Na categoria faixa etária (Tabela 4), percebe-se em relação aos estudos anteriores uma diminuição das faixas etárias mais baixas, dos 18 aos 24 anos. Em compensação, houve um aumento significativo, quase o dobro dos idosos, na faixa dos 60 anos ou mais. O aumento da expectativa de vida pode explicar a questão do alto índice de idosos em situação de rua contrapondo com a diminuição de adolescentes na mesma situação (DORNELES e SILVA,2012).

Tabela 4 – Faixa etárias dos moradores de Rua em Porto Alegre

Faixa etária	2007		2011	
	Freq	%	Freq	%
De 18 a 24 anos	237	19,7	164	12,2
De 25 a 34 anos	361	30,0	414	30,7
De 35 a 44 anos	266	22,1	299	22,2
De 45 a 59 anos	263	21,9	317	23,5
60 anos ou mais	39	3,2	101	7,5
NS/NR	37	3,1	52	3,9
Total	1203	100	1347	100

Fonte: Seibt (2014)

Em Porto Alegre praticamente metade dos cadastrados (49,9%) nasceu na capital, 32% aproximadamente vieram das regiões metropolitanas e 8% tem outras origens ou vieram de outros países. Os demais 10% não responderam a questão.

Outro dado relevante é o tempo de permanência em situação de rua (Tabela 5). Na capital mais de ¼ da população entrevistada vive ou viveu mais de uma década assim, sendo que no ultimo ano houve 22% de novos ingressantes (DORNELES e SILVA,2012).

Tabela 5– Tempo de permanência nas ruas

Tempo	Freq*	%
Há menos de 01 ano	303	22,5
Entre 01 e 05 anos	400	29,7
Entre 05 e 10 anos	240	17,8
Entre 10 e 20 anos	218	16,2
Há mais de 20 anos	135	10,0
Não lembra	1	0,1
NR	50	3,7
Total	1347	100

Fonte: Seibt (2014)

Em relação à composição da população em situação de rua temos semelhança à configuração geral da cidade com a pesquisa realizada nas outras capitais, no quesito saber ler e escrever, mais de 80% sabe ler e escrever, enquanto 10% não sabem. A escolaridade ou a falta dela também foram itens listados na pesquisa, atingindo 60% de pessoas que não completaram o ensino médio (incluindo analfabetos), 14% ingressaram no ensino médio (metade não concluiu) e quase 3% inscritos em cursos de ensino superior onde a maioria conquistou o diploma (DORNELES e SILVA, 2012).

Os últimos dados levantados no questionário foram: a orientação sexual dos moradores, onde 85% se declarou heterossexual, e a raça em que se enquadram, aparecendo com maior incidência a cor branca, seguida da cor negra/preta e auto declaração de 2% de indígenas e 1,5% de bugres (DORNELES e SILVA, 2012).

No interior do estado a Secretaria da Justiça Social e Segurança de Pelotas, fez o levantamento dos dados referentes aos moradores de rua da cidade, e constatou que houve um aumento de atendimentos no Albergue, que costumava atender 28 pessoas e passou a ajudar 50 indivíduos. Assim como em Pelotas, Caxias também registrou um aumento de 20% em atendimentos a essa população do ano de 2012 até os dias de hoje (SEIBT, 2014).

Em Novo Hamburgo, os dados coletados serão abordados de forma clara no Capítulo 4 no item 4.1.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

2.3.1 Políticas Nacionais

Com a instauração da Constituição Federal de 1988, tem-se o primeiro passo rumo a uma política social regulamentada no país. As políticas sociais passam a ser um direito, assegurado e reivindicável, garantindo que todas as parcelas da população tenham garantia de condições de vida dignas (ARGILE, 2010).

São contemplados também na Constituição Federal de 1988 os ideais de combate à pobreza, à discriminação, inferioridade econômica, cultural e política em que a maioria da população se encontra. A partir destas perspectivas, a assistência social tem como compromisso elaborar programas sociais e serviços sociais que

previnam/ reduzam a disparidade social existente, garantindo os direitos declarados na constituição. Desta forma, a assistência social passa da esfera do assistencialismo para adquirir um caráter de política pública (NOB-SUAS,2005 apud ARGILE, 2010).

Foi a partir da pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), apresentadas no item 2.2 desta pesquisa, que instaurou-se o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que assegura a Política Nacional para a População em Situação de Rua (ARGILE, 2010).

Este decreto caracteriza essa população como um grupo heterogêneo com algumas características em comum como: pobreza, vínculos familiares instáveis, e a utilização de espaços públicos como moradia, fonte de renda de forma permanente ou provisória (ARGILE, 2010).

Com a implantação de políticas públicas destinadas aos moradores de rua, com caráter nacional, e garantido como direito na constituição, abandona-se o antigo pensamento, que era vigente nas medidas adotadas para essa população. A ideia de “higienizar” as ruas, simplesmente retirando a população dos centros é substituída por uma política que visa à reinserção destes cidadãos na sociedade, e auxílio ao fortalecimento dos vínculos familiares fragilizados (ARGILE, 2010)

De qualquer forma, criar um padrão para os moradores de rua é uma ação equivocada, pois como apresentados dados, esse conjunto de pessoas apresenta uma caracterização heterogênea, devido às muitas particularidades nas razões pelas decisões de residir nas ruas.

2.3.2 Lei Nº 8.742, 7 de Dezembro de 1993.

Em 7 de dezembro de 1993, o Congresso Nacional decretou a Lei de nº 8.742 sancionada pelo Presidente da República na época, Itamar Franco, sobre a Assistência Social. A lei orgânica de Assistência Social garante ao cidadão o direito de seguridade social não contributiva, e determina ao estado o dever de prover esse direito. É de competência do Estado propiciar o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

O Capítulo III da Lei nº 8.742 abrange as obrigações da organização, da gestão, dos Estados e Municípios. Dentro deste Capítulo pode-se destacar os seguintes artigos (BRASIL,1993).

O Art. 6º refere-se à Organização e Gestão, e determina como instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social o Ministério do Bem-Estar Social. As ações desenvolvidas nesta área devem ser organizadas de modo participativo, constituído pelas entidades e organizações abrangidas pela lei.

No artigo 11 fica estabelecido que as três esferas do governo devem efetuar as ações na área da Assistência Social de forma articulada, cada qual em suas respectivas esferas. Cabe a esfera federal a coordenação e as normas gerais. As esferas Estaduais, do Distrito Federal e aos Municípios cabem a coordenação e a execução dos programas.

Aos Estados, segundo o artigo 13, cabe destinar recursos aos municípios apoiar tecnicamente e financeiramente os serviços e programas de enfrentamento da pobreza em âmbito regional ou local, atender em conjunto com os municípios assistência em caráter emergencial. Fica também de responsabilidade dos Estados estimularem e apoiarem técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.

Os municípios devem, por fim, destinar os recursos para executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil, prestar os serviços assistenciais previstos no art. 23 desta lei (será abordado abaixo), e atender às ações emergenciais.

As instâncias deliberativas determinadas como caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civis especificadas no Art. 6 são:

- I - o Conselho Nacional de Assistência Social;
- II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social;
- III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
- IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social.

Dos serviços especificados na Seção III, no Art. 23, entende-se que estes devem visar a melhoria de vida da população, e suas ações devem ser voltadas às

necessidades básicas das mesmas. A garantia de ações para pessoas em situação de rua foi incluída pela Lei nº 11.258, de 2005 que não está abordada nesta pesquisa.

2.3.3 Decreto Nº 7.053, 23 de Dezembro de 2009.

Em 23 de dezembro de 2003, foi instaurado o Decreto de Nº 7.053 sancionada pelo Presidente da República, na época, Luiz Inácio Lula da Silva, instituindo uma Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Inter social de Acompanhamento e Monitoramento. Este decreto trata especificamente dessa parcela da população e garante a eles os direitos básicos e a assistência necessária (BRASIL,2009).

A caracterização deste grupo populacional, segundo o decreto, é determinado por um conjunto de pessoas heterogêneas que possuem em comum a pobreza extrema, com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a falta de moradia regular utilizando logradouros públicos ou áreas degradadas como moradia e de sustendo, como forma temporária ou permanente. A utilização de unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória também caracteriza esse grupo (BRASIL, 2009).

O Artigo 2 refere-se à Política Nacional para a População em Situação de Rua, deveser implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e as demais esferas federativas que a ela aderirem por meio de instrumento próprio, sendo o instrumento definidor das atribuições e responsabilidades a serem compartilhadas (BRASIL,2009).

As definições dos princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, são apresentados no Artigo 5 que além da igualdade e equidade garantem o respeito à dignidade da pessoa humana, direito a conviver com seus familiares e a comunidade em geral, valorização e respeito à vida e à cidadania, atendimento humanizado e universalizado e o respeito às condições sociais e

diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, orientação sexual, religiosa, e deficiência (BRASIL,2009).

As diretrizes definidas e apresentadas no artigo 6, são a implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito e a capacitação de servidores públicos para a melhoria da qualidade e respeito no atendimento da população em situação de rua. Além disso, a democratização do acesso e a garantia de fruição dos espaços e dos serviços públicos (BRASIL,2009).

O Artigo 7 objetiva as ações dessa Política, assegurando o acesso amplo e de forma simplificada aos serviços e programas públicos disponíveis à população como saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda. Garante a capacitação permanente de gestores e profissionais na atuação e desenvolvimento intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua (BRASIL,2009).

Garante o direito de contabilização oficial dessa população, produzindo sistematizando e disseminando os resultados dos dados e indicadores sociais, econômicos, culturais, e de cobertura dos serviços públicos à essa população.

É assegurado o desenvolvimento de ações educativas, que despertem a ética e a solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais garantindo os direitos de ambos.

Por fim, fica declarado a garantia de acesso da população em situação de rua aos benefícios previdenciários, assistenciais, programas de transferência de renda, qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho (BRASIL,2009).

Sobre abrigos e casas assistenciais fica assegurado o direito ao padrão básico de qualidade, segurança e conforto, tendo estes estabelecimentos que atender a um limite de capacidade de 50 leitos, regras de funcionamento, convivência, garantir a acessibilidade e o direito de permanência nos locais de preferência: centro, ou demais localidades (BRASIL, 2009).

2.3.4 Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS

A NOB-SUAS (Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social) é um instrumento legal que rege os princípios e diretrizes inerentes à Política

de Assistência social em todo o território nacional. É nesta norma que estão definidos os papéis dos diferentes atores do sistema, suas responsabilidades e seus benefícios.

Esta norma está vigente desde 1997, ano de sua primeira resolução, com o passar dos anos foi aprimorada tendo sua segunda resolução em 1998 a terceira ocorreu em 2005 e a última, ainda vigente, em 2012.

Na última revisão da norma, foram incorporadas e aprimoradas algumas conquistas alcançadas nas resoluções anteriores relacionadas aos níveis de gestão, as responsabilidades de cada entidade e as competências das mesmas.

No Capítulo III da Norma são apresentados os Princípios Éticos para os trabalhadores da Assistência Social, e como principais itens a serem destacados temos:

- Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;

- Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;

- Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;

- Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;

Quanto aos Centros de referência em assistência social a NOB/SUAS classifica as entidades em pequeno porte, pequeno porte II, Médio, Grande, Metrôpole e DF, e determina o mínimo de funcionários em cada categoria que devem trabalhar para atender as necessidades de cada instituto. Abaixo está a relação do número mínimo de funcionários para centros de médio porte em municípios com gestão Plena:

Para a capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos é necessário ter no mínimo o seguinte corpo administrativo:

1 coordenador

- 1 assistente social
- 1 psicólogo
- 1 advogado
- 2 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários)
- 1 auxiliares administrativos
- 1 profissional para até 10 usuários, por turno

As demais especificações presentes na norma não se aplicam ao caráter adotado na proposta e desta forma não estão dispostas nesse item da pesquisa.

2.4 ABRIGOS

Segundo a reportagem publicada no Jornal NH de Novo Hamburgo, no mês de agosto de 2014, “Maioria dos moradores de Rua de Porto Alegre se recusa a ir para um albergue”, evidenciam a resistência que a maioria dos moradores de rua têm para se dirigir e utilizar aos abrigos e locais de assistência para os mesmos.

Com isso é importante conhecer as diferentes classificações existentes para estes locais. As casas de assistência à população em situação de rua são categorizadas nas seguintes nomenclaturas (SEIBT, 2014):

Albergue: O espaço oferece pernoite, as duas refeições diárias, jantar e café da manhã, local para higiene pessoal, banho e cama.

Abrigo: O local oferece uma assistência maior, permitindo a moradia para ajudar na reorganização pessoal.

República: Ambiente mais despojado, mais avançado, em que usuários contribuem para ficar hospedados.

Centro Pop: Centro de referência especializada às pessoas em situação de rua. Oferece somente atendimento diurno.

Casa de convivência: Atende e oferece os serviços de assistência e espaço para higiene pessoal somente durante o dia.

Casa lar: Destinado aos idosos sem perspectiva de saída de abrigos.

Residenciais terapêuticos: atuam na recuperação de dependentes de álcool ou drogas.

A partir das pesquisas realizadas sobre o tema, sobre as nomenclaturas determinadas para a categorização dos centros de assistência aos moradores de rua, percebe-se que o título proposto para este trabalho não se enquadra em nenhuma delas. Desta forma pesquisando mais especificadamente sobre esse termo “Casa de Passagem”, encontra-se o mesmo sempre relacionado à adolescentes envolvidos com drogas ilícitas ou violência doméstica.

Segundo as diretrizes informadas pelas SUAS (Sistema Único de Assistência Social) a definição para Casa de Passagem apresenta-se da seguinte forma (SUAS,2009):

Oferecem espaço de acolhida inicial ou emergencial, durante período de realização de diagnóstico da situação; Possibilitam que, após o diagnóstico e definição de qual serviço melhor atende às demandas identificadas, as pessoas sejam encaminhadas para outros equipamentos da rede de proteção social. A recepção e o atendimento costumam ser ininterruptos, tendo como característica maior fluxo e uma rotatividade de pessoas acolhidas.

O nome Casa de Passagem é dado com a intenção de diferenciar de qualquer outra nomenclatura existente para designar centros de ajuda à população em situação de rua. O objetivo dessa nova terminologia é criar um conceito novo de espaço voltado aos moradores de rua, de forma a ser um local de passagem (estadia temporária, ou pernoite), onde se agreguem os serviços oferecidos pelos locais citados no item 2.4.1, como alimentação, reorganização pessoal, atendimento especializado, espaços para higiene etc., em um só local.

3. ÁREA DE INTERVENÇÃO

3.1 O MUNICÍPIO

O município de Novo Hamburgo situa-se no Vale do Rio dos Sinos e dista da Capital do estado, aproximadamente quarenta quilômetros, englobando a Região Metropolitana de Porto Alegre. Com uma área em torno de 223 km² a cidade é abastecida pelo Rio dos Sinos e possui por volta de 239.051 habitantes como mostra a figura 4 (NOB HAMBURGO, 2014).

Figura 4 – Mapa da localização do Município de Novo Hamburgo no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Wikipedia (2014)

A colonização da região se dá de fato a partir do Século XVIII, data em que se encontram as primeiras povoações permanentes no Município (antigamente habitado por índios carijós), compostas por Portugueses, a maioria imigrantes açorianos, no bairro hoje conhecido como Rincão. Com a vinda dos imigrantes Alemães o desenvolvimento das colônias vizinhas, como São Leopoldo, começam a prosperar e em pouco tempo o atual bairro de Hamburgo Velho se torna um destes núcleos urbanos mais desenvolvidos da cidade (HISTÓRIA, 2014).

Em termos de economia por muitos anos a indústria era movida pela cadeia coureiro-calçadista, com várias empresas importantes instaladas, fazendo da cidade uma referência e trazendo o título de "Capital Nacional do Calçado". A população imigrante para a cidade acompanhou o crescimento da indústria calçadista, e com

esse aumento de habitantes vieram também a maioria dos problemas sociais, pois na época não havia infraestrutura para acomodar adequadamente toda essa totalidade de pessoas. Em 1990, a crise no setor coureiro-calçadista atingiu o município e afetou bruscamente o caráter exportador caracterizado pela região até então. Apesar de após a crise não haver aumento do número de habitantes, despontou na cidade a favelização, pois muitas pessoas que haviam empregos fixos, e uma boa renda perderam, ou sofreram uma grande mudança nas condições sociais. Após a crise, Novo Hamburgo se viu obrigado a iniciar uma nova fase em que foi necessário diversificar a indústria a partir dos incentivos fiscais e a abertura de portas para novos ramos da indústria como: farmácia, vestuário, cosméticos, móveis, eletrodomésticos, gráficas de última geração, informática, química, construção civil, carrocerias, alimentos, entre outras (HISTÓRIA, 2014).

Atualmente Novo Hamburgo, apesar de ainda ter o título de "Capital Nacional do Calçado", não se sustenta somente desse ramo da indústria, mas atrai muitos turistas e empresas visando crescimento em alguns momentos do ano, as quais são promovidas as Feiras Nacionais do Calçado, desta forma mantém a economia aquecida, e em movimento gerando oportunidades e crescimento para a região (HISTÓRIA,2014).

3.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO

A localização do terreno acontece de forma estratégica, de fácil acesso tanto para as pessoas de Novo Hamburgo, quanto para quem vem das cidades limítrofes a ela.

A área de intervenção escolhida localiza-se no bairro Pátria Nova em Novo Hamburgo, próximo às áreas centrais da cidade. O Bairro Pátria Nova é caracterizado pela presença de indústrias de maior porte e pelo comércio de componentes para diversos ramos do comércio da região. Nesta área encontram-se diversos equipamentos de grande relevância para a cidade, como a Rodoviária Municipal e o Parque de Exposições da Fenac, que em diversas épocas do ano, abriga os mais diferentes eventos que são de suma importância para a economia da região.

Na Figura 5, temos a relação do lote com as principais vias da cidade, entre elas a BR 116, via de grande fluxo, que liga o município às cidades metropolitanas e à capital do estado, Porto Alegre. A linha do TremSurb na Av. Nações Unidas, foi um ponto importante para a escolha da área de intervenção e esta faz limite com a testada oeste do lote, sendo um meio de transporte público e relevante para o público alvo desta pesquisa. Além das vias citadas, a Estrada Leopoldo Petri situada mais ao sudeste é uma importante ligação entre Novo Hamburgo e sua área rural, Lomba Grande, e uma rota alternativa para a cidade de São Leopoldo.

Figura 5 – Principais vias e equipamentos no entorno próximo à área de intervenção



LEGENDA

	Esporte Clube Novo Hamburgo		Prefeitura de Novo Hamburgo		Shopping Bourbon		Rodoviária Municipal
	Praça		Bourbon Supermercados		Bourbon Shopping		FENAC
	Estações TremSurb Shopping/ Fenac		Presídio Municipal de Novo Hamburgo		BR 116		Vias internas
			Vias internas		Área de intervenção		

Fonte: Imagem de Satélite alterada pela autora
(2014)

A centralidade da área é essencial para a aplicação do projeto, tendo em vista que a maioria das pessoas em situação de rua se locomove a pé, de bicicleta e em poucos casos com sistema de transporte público. Porém, como citado na entrevista com o Coordenador do Centro de Referência em Assistência Social de Novo Hamburgo, a implantação de um equipamento voltado ao público carente, ainda gera estranheza e certa aversão aos moradores da região, desta forma o local deve estar próximo ao centro, mas não em área residencial.

No entorno próximo ao lote encontram-se aproximadamente 5 categorias com usos diferentes, com predomínio industrial/comércio como mostra a Figura 6. Há presença de residências (destacadas na cor roxa) que englobam tanto casas térreas, de dois pavimentos e edifícios com até 6 pavimentos. Na cor vermelha estão salientados os comércios e indústrias, como por exemplo, o Mercado Bourbon (na maior macha vermelha). A área em verde representa o lote desocupado, que faz divisa com a área de intervenção escolhida e em amarelo está localizado um prédio abandonado de uma antiga indústria. O lote em laranja representa o Centro de Educação Profissional Senai Gustavo Copé, que situa-se em frente ao lote, sendo uma possível parceria em conjunto a Casa de Passagem para capacitar os moradores em alguma atividade específica que possa auxiliá-los a ter uma renda fixa e assim subsidiar sua saída das ruas.

Figura 6 – Figura dos tipos de usos no entorno à are a de intervenção



LEGENDA

	Lote		Área Residencial		Lote vazio
	Áreas comerciais		Industria abandonada		Trem

Fonte: Arquivo dwg de Novo Hamburgo editada pela autora (2014)

A fachada oeste, que figura como a fachada principal de acesso ao lote, por ter acesso direto pela Avenida de maior fluxo, as Nações Unidas, é a que possui entorno imediato edificado. Analisando a Figura 7 percebe-se que no lado esquerdo a edificação que faz divisa é baixa de um pavimento de caráter residencial, apesar de o uso ser comercial. Já no lado oposto tem-se um pavilhão com pé direito duplo utilizado para aulas técnicas. Desta forma, pode-se considerar uma ocupação de altura baixa para a área, se adequando à proposta de não ultrapassar 2 pavimentos.

Figura 7 – Vista do Streetview da fachada principal do lote e a relação com o entorno



Fonte: Imagem de satélite do Google Earth editada pela autora (2014)

Percebe-se que não há grandes construções lindeiras à área de intervenção, que tenham destaque pela estética quanto por uma função especial que irão competir com a proposta.

3.3 PLANO DIRETOR

O Plano Diretor de Novo Hamburgo especifica algumas diretrizes e regras de como deve ser a ocupação do solo nas diferentes áreas da cidade. O Plano Diretor é público e está disponível para consulta no site da Prefeitura do Município. A partir destas informações foi possível verificar quais índices incidem sobre a área de intervenção e prever formas de ocupação da mesma.

Em relação às possibilidades de utilização o Plano Diretor da cidade determina para as duas zonas que incidem na área as seguintes aplicações:

c) SM3 - Setor Miscigenado 3: Setor com característica de ocupação e uso preferencial habitacional multifamiliar, com atividades compatíveis permitidas;

b) CTT - Corredor de Tráfego e Transporte: Corredor vinculado às vias arteriais do sistema viário com característica de ocupação e uso compatíveis com o fluxo de trânsito e transporte existente, bem como das condições de acessibilidade e com a hierarquia viária;

Sobrepondo o arquivo do zoneamento do regime urbanístico no Software Google Earth juntamente com a localização do lote tem-se a imagem da localização da área de intervenção com as zona incidentes na mesma (Figura 8).

Figura 8 – Plano diretor de Novo Hamburgo sobreposto à imagem de satélite do Google Earth



Fonte: Imagem de satélite editada pela autora
(2014)

Para a área do lote tem-se duas situações distintas, na face que faz frente à Avenida Nações Unida, tem-se a Macrozona Mista e setor CTT (Corredor de Tráfego e Transporte) aplicada, que permite um aproveitamento maior da área, e nenhum recuo em relação à via. Já no restante da área a zona que está sobreposta é Macrozona Mista com Setor Miscigenado 3 (SM3) e nessa zona é necessário respeitar algumas diretrizes evidenciadas na Tabela 6.

Tabela 6 – Tabela do regime urbanístico de Novo Hamburgo

TABELA 01 - REGIME URBANÍSTICO – ANEXO 01																								
Instituído pelo Art. 43																								
MAPA 03																								
Macrozoneamento		APA			ZM														ZAP	ZI				
Regime Urbanístico	Setores		APA Norte	APA Sul	APA LG	SM1	SM2	SM3	SM4	SCC	CHV	CC	CCS	CTT	CTR	CD	SCLG	Passo do Peão	Wailahai	Passo dos Corvos	Rotemund	ZAP	ZI	
	TO IA	% (máx)	10	5	5	75	75	75	75	75	75	50	50	75	75	75	75	50	50	30	50	30	5	75
ALTURA (H)	m (máx)	0.2	0.1	0.1	2	1	2,4	2	4	1	1	2,4	2,4	1	2,4	1	1	1	1	1	1	0,1	1	
RECULO DE AJARDINAMENTO	m (mín)	10	10	10	4	4	4	0	0	-	-	7,95	7,95	-	-	-	13,35	13,35	13,35	13,35	13,35	10	-	
AFASTAMENTOS A=H/6 (mín)	Lateral	S	S	S	S	S	S	S	S	CE	-	-	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S
	Frente	S	S	S	S	S	S	S	S	CE	-	-	S	S	S	S	S	S	S	S	S	S	N	S
OBSERVAÇÕES		2	2	2	2/5/6	2/5/6	2/5/6	2/5/6	7	3	3	1/5	1/5	2/4/5	1/5	2	2	2	2	2	2	-	1/5/6	

Fonte: Pdua (2014)

Para a implantação volumétrica no lote, deverá respeitar os índices aplicados ao lote que são o CTT e o SM3. Como potencial da área temos na Tabela 7 os cálculos de aproveitamento em relação a zona em que está inserido.

Tabela 7 – Índices urbanísticos aplicados ao lote

Endereço	Av. Nações Unidas
Área	2.987,85m²
Sector	CTT / SM3
IA	2,4 / 2,4 (7.170,84m²)
TO	75% / 75% (2.240,88m²)
Pavimentos permitidos	3,2

Fonte: Produzido pelo autor (2014)

3.4 O LOTE

Em relação à análise do lote em específico, como citado anteriormente a área têm vocação para abrigar um equipamento de relevância para a cidade, permitindo um uso misto e uma boa relação com a cidade e demais municípios, pela proximidade com vias importantes e também por estar situado entre duas estações importantes do TrenSurb. Apesar de ser uma área nobre, está localizada em uma região caracterizada pela presença de indústrias e comércios de maior porte.

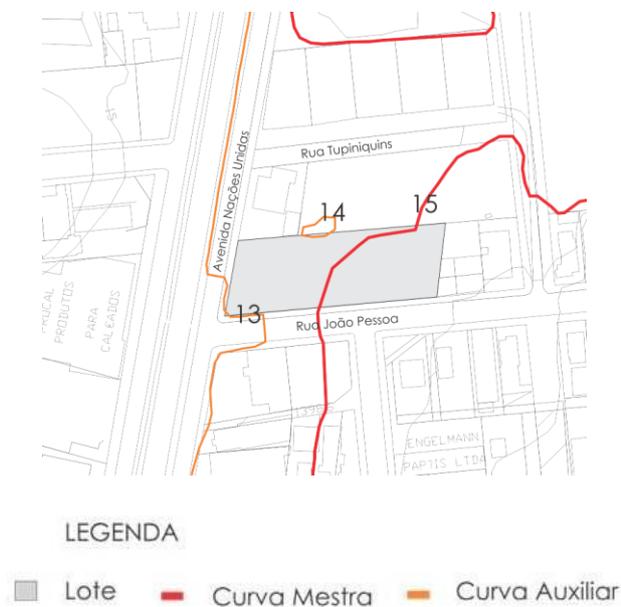
Figura 9 – Imagem de Streetview da área de intervenção



Fonte: Google Earth - *streetview* (2014)

Aparentemente plano, pelo lote passam apenas duas curvas de nível (Figura 10), que em relação à área total não oferecem nenhum tipo de adversidade, ou maior atenção. Também não há presença de vegetação alta ou nativa que necessite ser preservada. Sendo um lote de esquina, o formato retangular predomina, apesar de não ter ângulos retos em suas extremidades (Figura 11).

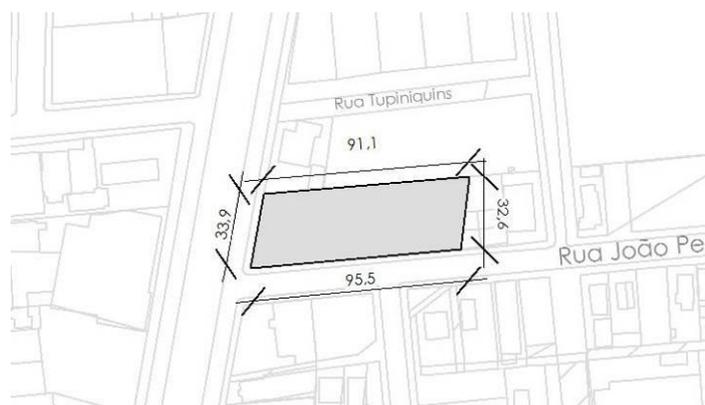
Figura 10 – Levantamento planialtimétrico do lote



Fonte: Arquivo dwg do município de Novo Hamburgo editada pela autora (2014)

Comportando uma área total de 2.787,99m² e com a principal face (que faz vista para as Nações Unidas) no ponto mais baixo do lote e o que fica mais visível para quem passa pela via de maior fluxo. A face que faz vista para a Rua João Pessoa, também apresenta grande importância, tanto pela extensão como por estar em uma via de menor fluxo.

Figura 11 – Lote e suas dimensões



Fonte: Arquivo dwg do município de Novo Hamburgo editada pela autora (2014)

Analisando as influências dos fatores climáticos sobre o lote percebemos que o mesmo não sofre grandes restrições devido ao entorno ser relativamente baixo e afastado das divisas. No município de Novo Hamburgo tem-se como vento predominante o vento no sentido sudeste, como demonstrado na Figura 12. Neste caso, trabalhando aberturas no sentido norte e sul do terreno consegue-se atender à ventilação cruzada, que favorece a circulação de ar nos ambientes garantindo assim, melhor qualidade do ar e também da temperatura ambiente.

Sendo um terreno de esquina, sem nenhuma vegetação alta e com praticamente três das quatro fachadas sem entorno significativo, a incidência solar acontece em toda a trajetória do sol. A partir destas informações será necessário prever instrumentos de proteção solar para as fachadas que receberem maior insolação.

Figura 12 – Análise da insolação e dos ventos dominantes no lote



Fonte: Imagem de satélite do Google Earth editada pela autora (2014)

A escolha da área se justifica tanto pelas diretrizes impostas pelo Plano Diretor, sendo favorável à ocupação pretendida quanto pelas questões de acessibilidade do lote. Inserido em uma área próxima ao centro oferece a possibilidade de fácil locomoção do público alvo, assim como acesso ao transporte público, que fica em frente à área, além de estar abastecida pelos diferentes tipos de ocupação como indústrias, residências, escola técnicas, mercado etc., que podem auxiliar na reinserção dos moradores à sociedade.

4. MÉTODO DA PESQUISA

Os métodos de pesquisa desenvolvidos foram dois: a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. A pesquisa bibliográfica tem como objetivo alicerçar, através da busca de informações sobre o tema abrigo em livros sites e demais meios de comunicação disponíveis, o desenvolvimento do projeto proposto.

Foi estudado, em um primeiro momento, o histórico de pessoas em situação de rua no país, no Rio Grande do Sul e na capital Porto Alegre, local mais próximo da área de intervenção escolhida: Novo Hamburgo.

Desta forma, percebeu-se a necessidade de realizar, em um segundo momento, um estudo de caso, aplicando o método de entrevista aberta semi-estruturada. Foi elaborado um roteiro com perguntas abertas sobre as rotinas do Creas Pop e sobre o público que frequenta o espaço, possibilitando uma conversa de maneira mais informal e espontânea, disponível no apêndice A deste trabalho.

Neste caso, as perguntas serão de grande significância para o trabalho a ser desenvolvido e para futuras pesquisas sobre o tema, pois explicitam dados e informações da experiência das pessoas que utilizam os abrigos como local de passagem.

Para a entrevista foi escolhido um local que mais se assemelhasse ao tema escolhido e localizado no município de novo Hamburgo. Neste caso, o CREAS-POP NH - Centro de Referência em Assistência Social para a População de Rua de Novo Hamburgo. Acredita-se que com essas informações o trabalho a ser desenvolvido terá um caráter que se aproxima mais da real necessidade das pessoas que irão utilizá-lo, a fim de conseguir transpor suas experiências e sensações no mesmo.

4.1 ESTUDO DE CASO

No dia 05 de Novembro de 2014 foi realizada a entrevista com o Coordenador do CREAS POP de Novo Hamburgo, Roni Antônio Gomes. O local escolhido é o Centro de Referência em Assistência Social para a População de Rua de Novo Hamburgo, que apesar de não oferecer pernoite, se assemelha em muitos aspectos com a proposta deste trabalho. Em quase duas horas de entrevista várias questões foram sanadas, e novos conceitos abordados enriquecendo ainda mais o conteúdo desta pesquisa.

Foram elaboradas perguntas com antecedência para guiar a entrevista, deixando em aberto quaisquer outros assuntos que surgissem durante a conversa. O local da conversa iniciou-se na Sede das Secretarias da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, no bairro Centro e, posteriormente, na própria sede do CREAS POP. Não foram registradas imagens fotográficas internas do local para a preservação da imagem dos usuários.

O funcionamento do CREAS POP se dá em uma casa antiga alugada (Figura 13), reformada por fora, nas mediações do bairro central da cidade, das 07:00 às 18:00 horas. Está implantada ao lado de uma Imobiliária bem conceituada de Novo Hamburgo. O fato de estar rodeada de um entorno com várias empresas de importância, e perto de empreendimentos residenciais, causou e ainda causa repúdio na vizinhança, que por sua vez já elaborou abaixo assinados, para a remoção do serviço desta localidade.

Figura 13 – Casa Sede do CREAS-POP NH



Fonte: Google Earth - *streetview* (2014)

A casa não funciona como albergue, apenas como um espaço de assistência a essa população, não contemplando espaços para dormitórios. O local para pernoites acontece em outro espaço, sendo disponibilizadas apenas 12 vagas. Questionado quanto ao processo de abordagem e encaminhamento dos moradores de rua ao Creas Pop, Roni explicou que as assistentes sociais além de fazerem o SAS-RUA (Serviço de Abordagem Social) atendem aos chamados da população em

geral quando há denúncia de algum morador em algum local inadequado. A entidade utiliza carros fornecidos pela Prefeitura Municipal para desenvolver esse serviço. Segundo Roni, a maioria dos moradores de rua vem ao abrigo por livre e espontânea vontade.

Questionado sobre a existência de um cadastro dessas pessoas, foi explicado que são feitos dois tipos de arquivos, uma ficha síntese (Formulário de Registro de Acolhida Social - ANEXO A) com os dados principais do morador, normalmente desenvolvida pela assistente social, e uma segunda ficha mais extensa (Ficha do Cadastro de Moradores - ANEXO B) para o atendimento psicológico. Ambas as fichas ficam armazenadas no arquivo na própria sala dos profissionais da assistência. Não existe um cadastro digital.

Atualmente existem aproximadamente 1000 pessoas em situação de rua cadastradas em Novo Hamburgo, sendo 697, cadastros ativos. A frequência dos atendimentos surpreendeu, atingindo quase 50 pessoas por dia, sendo 90% do sexo masculino. A procedência dos moradores, segundo Roni, é variada, muitos deles percorrem todas as cidades metropolitanas, do percurso do trem, em busca de oportunidades. Indagado sobre as principais causas que ocasionam a vida nas ruas, como maior índice é dos que fazem uso de crack.

O CREAS POP oferece atendimento psicológico, assistência social, trabalhos com educadores (todos os profissionais citados trabalham 40 horas semanais), e conduzem os moradores para os diferentes serviços, como atendimento médico, auxílio trabalhista, encaminhamentos para projetos como Cata Vida (Programa de Gestão Social de Resíduos Sólidos – Catavida) e outros serviços oferecidos pela prefeitura/governo como o Pronatec. Além disso, na própria casa são oferecidos espaços como lavanderia, varal, local para banho, kit para higiene pessoal (shampoo, sabonete, gilete, escova dental, creme dental etc.), vestuário e calçados para os moradores utilizarem. A cozinha fica restrita apenas para os funcionários, que fazem os lanches e almoço oferecidos. O acesso dos usuários não é permitido neste espaço, pois a vigilância sanitária acredita que podendo preparar alimentos os mesmos irão utilizar os restos de comida recolhidos na rua, podendo causar alguma intoxicação. Antigamente existia no local um posto da Brigada Militar, para garantir a ordem e respeito mútuo dentro do espaço, apesar de poucas vezes acontecerem situações de conflitos. O pequeno pátio existente, funciona como varal, e também

local de armazenamento dos carrinhos de coleta de resíduos ou animais pertencentes aos moradores de rua, e dentro da casa há um espaço com escaninhos para os pertences pessoais.

Quanto às obrigações ou deveres dos usuários, a única questão abordada foi a conscientização de manter os espaços públicos organizados e limpos.

Os espaços encontrados na casa se assemelham aos que estão sendo propostos neste trabalho, contemplando espaços administrativos, de atendimento psicológico, de assistência social, salas de uso comum onde são desenvolvidos trabalhos educacionais e cinema, espaços de convivência, lavanderia comunitária, espaços de armazenamento dos pertences pessoais. Porém não possuem dimensionamento adequado e qualidade espacial, desta forma é necessário que se tenha um local adequado para o uso.

Como o intuito do CREAS POP é dar subsidio a população de rua para que tenham a possibilidade de retornar às atividades junto à sociedade de forma digna e recompensadora, já houve relatos de pessoas que utilizaram os serviços oferecidos e hoje não vivem mais nas ruas. Apesar de ser um número pequeno em comparação ao número de cadastrados, para quem desenvolve esse tipo de trabalho é uma grande vitória e motiva a quem se interessa pelo assunto a cada dia mais se empenhar para melhorar a situação dessas pessoas e quebrar o preconceito que ainda existe em relação a eles.

5. PROJETOS REFERENCIAIS

Como forma de embasar as intenções de projeto para o trabalho proposto serão apresentadas neste capítulo as referências formais e análogas. Como definição, as referências formais trazem independente do seu programa e tema, propostas de materiais, volumetria e técnicas construtivas que possam contribuir para a plasticidade da Casa de Passagem. Nas referências análogas procura-se apresentar projetos que contemplem o mesmo tema, servindo como base para análise dos fluxos, organização de layout, metragem dos espaços, programa proposto, implantação e funcionalidade para que se tenha uma visão crítica e uma evolução desses aspectos na proposta da Casa de Passagem para Novo Hamburgo.

5.1 PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS

5.1.1 Capslo Homeless Services Center (COURTESY OF GWYNNE PUGH URBAN STUDIO, 2014)

Arquiteto: Gwynne PughUrban Studio + garciaarchitecture + design

Local: San LuisObispo, CA, UnitedStates

Área: 26.000 m²

Ano do projeto: 2011

O CAPSLO (CommunityActionPartnershipof San LuisObispo) é uma organização que visa o auxílio aos moradores de rua desde1997. O objetivo desta organização é auxiliar esta comunidade sem teto a alcançarem suficiência econômica emprego, e a conquista de uma moradia adequada. Para isso, juntamente com o escritório arquitetura Garcia + design, desenvolverem, a partir de uma escolha entre 16 empresas da comunidade, um projeto de abrigo para os moradores de Rua de San Louis Obispo na Califórnia.

Figura 14 – Imagem da fachada principal do projeto



Fonte: Courtesy of gwynne pugh urban studio
(2014)

Este centro de serviços vai abrigar uma variedade de espaços, com um programa abrangente que permita aos usuários a utilização não apenas para dormir, como para qualificação pessoal e reinserção na sociedade em que vivem. Mais especificadamente, o prédio contemplará salas de uso comum diurnas, áreas de serviço, espaços de cozinha, escritórios, serviços médicos, áreas para tratamento da saúde mental, e dormitórios. Para essa unidade estão previstos 200 leitos, para as três configurações: homens, mulheres e famílias.

O projeto em si e sua volumetria foram pensados de forma que os usuários pudessem se localizar de forma simples e direta. Desta forma, utilizaram como ponto de referência as direções cardeais (Norte, Sul, Leste e Oeste), uma maneira descomplicada e conhecida por todos.

Para isso a estrutura do prédio foi construída em torno de uma coluna central distribuindo nos eixos citados acima o programa estipulado. Quanto mais o usuário se distancia do norte em direção ao sul, mais informais são os espaços ali encontrados, como espaços mais abertos, com conexão com as áreas externas. Ao norte os espaços tomam caráter mais utilitário, com espaços mais compartimentados e voltados para o interno.

A segurança dos espaços também segue a lógica cardinal, sendo os locais quanto mais a leste no edifício, mais segurança e controle exigem. Para as salas do lado oeste a proposta é implantar espaços públicos, com ligação com o exterior, e para o lado leste espaços menos abertos.

Figura 15 – Planta baixa do pavimento térreo



- Circulacao interna- total: 151 m²
- Oficinas - total: 88 m²
1 sala = 11m²
- Consultorios - total: 55m²
1 consultorio = 10m²
- Areas operacionais total: 120m²
- Areas de uso comum - total: 351 m²
- Sanitarios / vestiarios - total: 103 m²
1 banheiro = 7m²
1 vestiario = 40m²

Fonte: Courtesy of gwynne pugh urban studio
(2014)

No primeiro andar, tem-se as salas de uso mais público, como salas comunitárias, áreas de serviço e salas de atendimento médico e salas de escritórios (inter-agências). No segundo pavimento concentram-se os leitos, monitorados pela segurança e divididos em 3 categorias: homens, mulheres e famílias, promovendo

um local mais seguro e privativo, já que fora do abrigo os moradores lidam com a falta de privacidade e de segurança.

Figura 16 – Planta baixa segundo pavimento



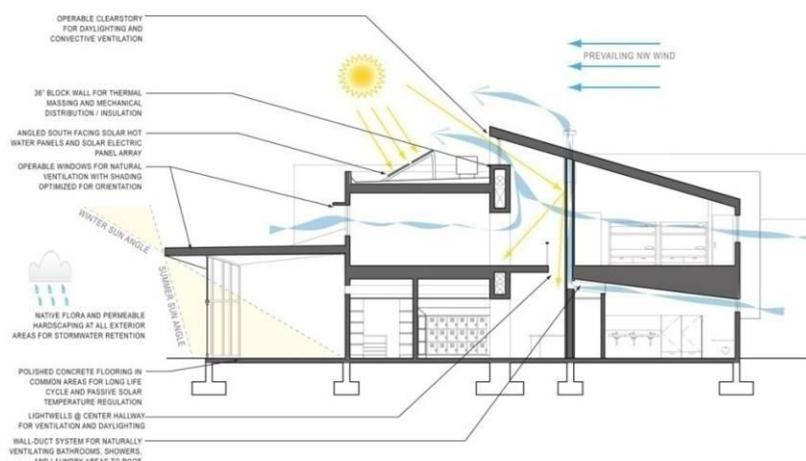
 Circulacao interna- total: 151 m ²	
 Oficinas - total: 88 m ² 1 sala = 11m ²	
 Consultorios - total: 55m ² 1 consultorio = 10m ²	
 Areas operacionais total: 120m ²	 Areas de uso comum - total: 351 m ²
 Areas de uso comum - total: 351 m ²	 Areas de uso comum - total: 351 m ²
 Sanitarios / vestiarios - total: 103 m ² 1 banheiro = 7m ² 1 vestiario = 40m ²	 Areas de uso comum - total: 351 m ²
	 Areas de uso comum - total: 351 m ²

Fonte: Courtesy of gwynne pugh urban studio
(2014)

Na análise do esquema de corte da edificação percebe-se que há também uma preocupação com a questão sustentável da edificação de utilizar ao máximo os recursos naturais disponíveis, como iluminação natural e ventilação cruzada.

É proposto também a utilização de painéis solares para aquecimento de água. Para as aberturas existentes há a intenção de barrar os raios solares no verão, e permitir controladamente os mesmos no inverno, com a utilização de beirais projetados e calculados para garantir máxima eficiência.

Figura 17 – Corte esquemático do projeto



Fonte: Courtesy of gwynne pugh urban studio
(2014)

Para o piso externo foi pensado diferentes coberturas, mantendo áreas de piso interno utilizando o concreto polido, e áreas externas permeáveis, que são chamadas de áreas para retenção da chuva das tormentas.

Para fins formais não pretende-se utilizar este projeto, porém a forma de organização e partido é interessante, podendo contribuir para a proposta.

5.1.2 Homeless Shelter in Pamplona by Javier Larraz Arquitectos (LARRAZ, 2014)

Arquiteto: Javier Larraz Arquitectos

Local: Navarra, Spain

Área: 995 m²

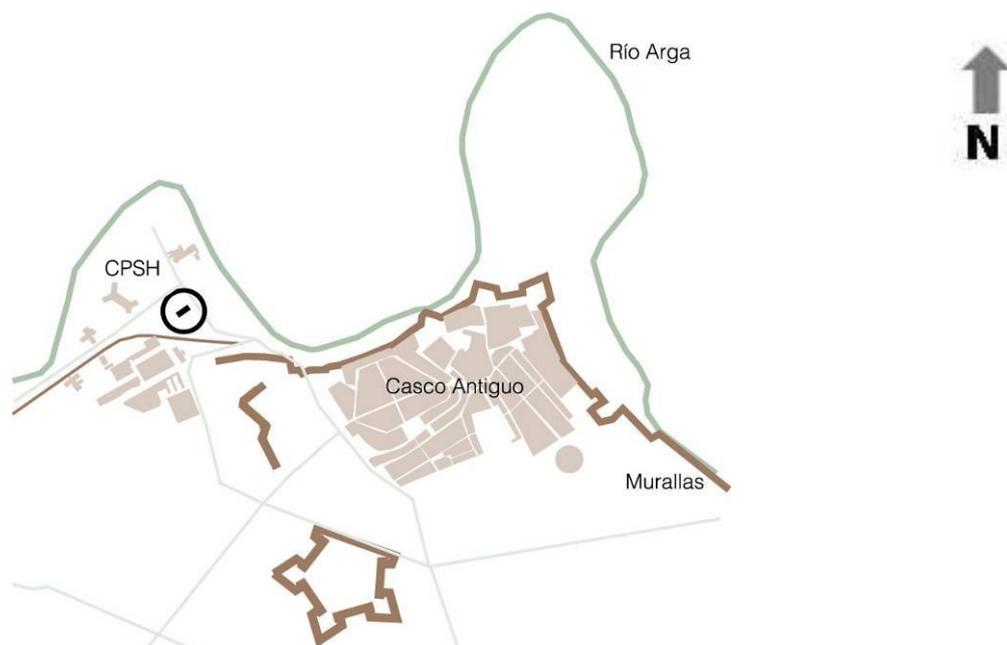
Ano do projeto: 2010

Localizado em uma parte pouco habitada da cidade de Pampola, situado no caminho entre a parte urbana da cidade e a parte industrial, a nova Casa Abrigo pretende ir além de cumprir o papel de abrigo, que é proporcionar estadia e alimentação. Este projeto tem como intenção ser uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida destes grupos socialmente excluídos, cujas necessidades são superiores ao o simples fato de encontrar um lugar para dormir.

Figura 18 – Vista do projeto no contexto



Fonte: Larraz, (2014)

Figura 19 – Imagem da localização do projeto em relação ao entorno

Fonte: Larraz, (2014)

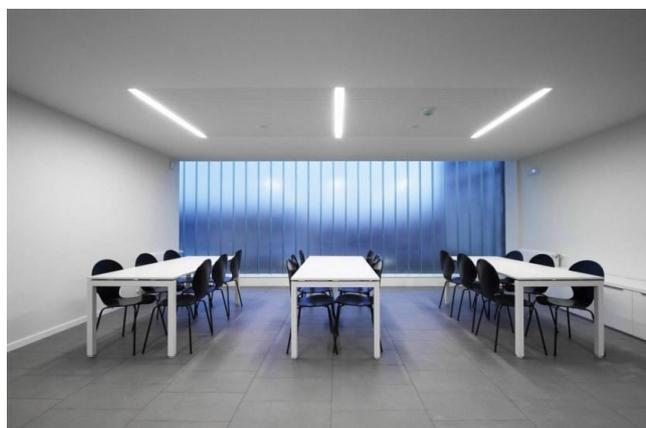
Desde o início, além da localização, alguns outros condicionantes foram impostos, como por exemplo, respeitar um orçamento baixo, a construção devia acontecer em seis meses. Desta forma as técnicas construtivas devem atender essa restrição. Além do desafio de inserir o programa necessário dentro de uma volumetria adequada e que não sobressaísse na paisagem onde está implantada.

Para o programa foram impostos duas necessidades distintas: uma parte do programa deve atender a transeuntes, que apenas procuram um local para pernoitar, e também deve assumir o papel de abrigo a médio prazo, para moradores estáveis. O projeto deve conciliar estes dois usos de forma coesa, e com acessos independentes. Ademais o projeto também tem a classificação Energética nível A.

Figura 20 – Vista da fachada do prédio

Fonte: Larraz, (2014)

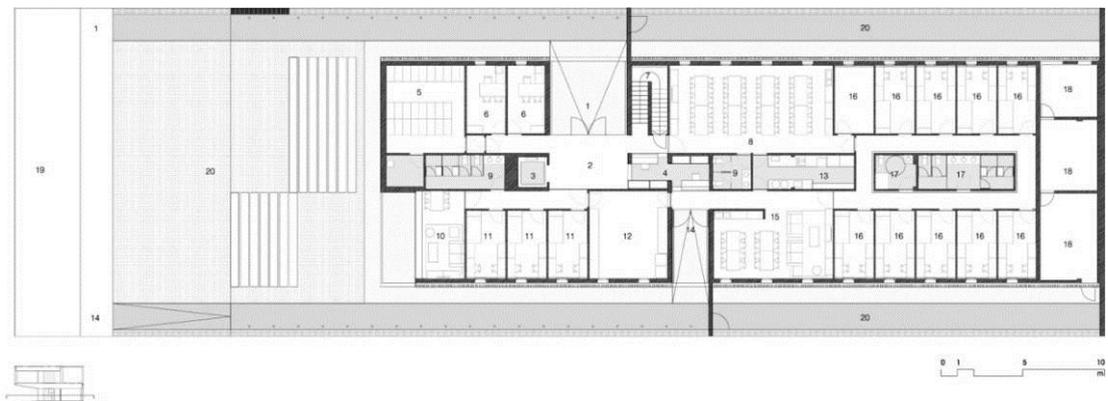
Como volumetria, pensou-se em um edifício funcional, consolidado, porém flexível quanto ao funcionamento. O volume sólido tem a intenção de marcar, de passar a ideia de algo definitivo, quase como uma rocha. Chamada como caixa silenciosa, traz a ideia de proteção do conteúdo, e de despertar a curiosidade dos espectadores que passarem pelo caminho da implantação, local semi-urbano, e sombrio. A disposição da volumetria acontece de forma a separar os acessos dos dois programas, por meio das duas fachadas longitudinais opostas, facilitando a independência funcional dos dois grupos. Um dos volumes abriga os serviços e instalações do edifício, os espaços comuns rodeiam esse núcleo central que contempla a circulação, deixando os demais espaços privilegiados de iluminação e ventilação.

Figura 21 – Imagem interna das salas de oficinas

Fonte: Larraz, (2014)

O programa conta com quartos, salas de jantar, salas de oficinas ocupacionais, de lazer, entre outros. No primeiro pavimento encontram-se 18 quartos duplos, que saciam a necessidade dos usuários menos frequentes, de maior rotatividade. Estes leitos contam com os sanitários correspondentes e oficinas de trabalho, onde os usuários podem desenvolver trabalhos diversos durante o dia.

Figura 22 – Planta baixa primeiro pavimento



Fonte: Larraz, (2014)

No segundo pavimento ficam instalados os nove quartos duplos destinados aos moradores de estadia média, o segundo pavimento conta juntamente com banheiros e demais áreas sociais correspondentes.

Figura 23 – Planta baixa do segundo pavimento



Fonte: Larraz, (2014)

Existe para ambos os programas, um serviço de lavagem a seco, sala de jantar social com capacidade de até 48 lugares, espaços de lazer, administração recepção e vestiários.

Um diferencial da casa abrigo são as condições impostas aos usuários como participar das oficinas, colaborar em nas tarefas de manutenção do abrigo como limpeza, lavagem, jardinagem, pintura etc., como forma de promover o compromisso pessoal dos mesmos, e despertar o sentimento de posse, de lar, fazê-los sentir como se fosse sua casa.

Para a estrutura exterior tem-se perfis de alumínio em seção retangular, por toda a face externa do edifício, sanando o problema de privacidade e de eventuais intrusões. Possui uma imagem exterior homogenia e unitária, em uma escala que se adapta ao ambiente em que está inserido.

Figura 24 – Fachada e detalhe da fachada do projeto



Fonte: Larraz, (2014)

Este projeto foi escolhido devido ao contraste da volumetria em relação ao projeto anterior, não se pretende utilizar o modelo formal apresentado, pois o mesmo passa a impressão de prisão, com cores sóbrias e pouco convidativas para a função que exerce. As técnicas construtivas adotadas, porém, são interessantes e podem contribuir para o trabalho, assim como a organização do layout e da coordenação dos espaços .

5.2 PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS

5.2.1 NewBudEco – School (EUROPACONCORSI, 2014b)

Arquiteto: ZHU JingxiangArchitects

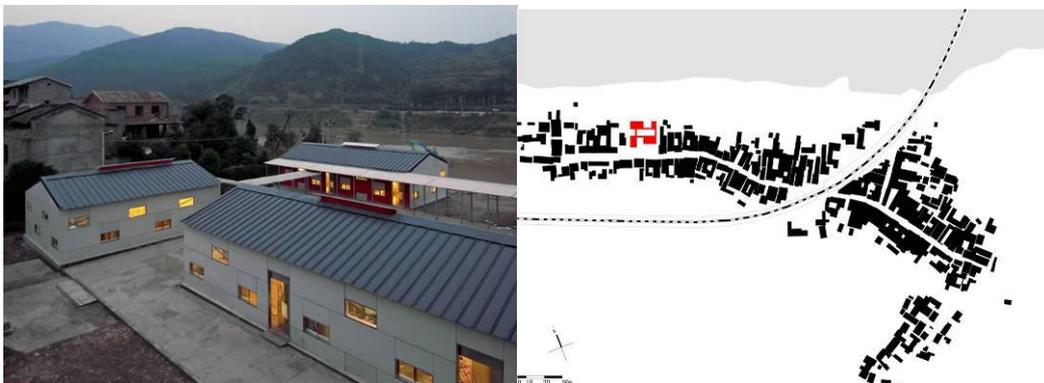
Local: Xiasivillage in Sichuan's Jiange County

Área: 450m²

Ano do projeto: 2011

O projeto da New Bud Eco – School consiste em uma reconstrução do antigo prédio da Escola Primária da cidade de New Bud, na vila Xiasi em Sichuan Jiange County em Hong Kong. Após um terremoto de 5.12 graus na Escala Richter, a equipe liderada pelo professor da Escola de Arquitetura da Universidade Chinesa de Hong Kong, Zhu Jingxiang viu a necessidade de propor uma nova tecnologia para a reconstrução da edificação.

Figura 25 – Imagem aérea da escola e fundo figura do projeto em relação à cidade



Com o apoio do Fundo de Caridade Hong Kong Dragon Cultura e da CUHK New Asia Fundo Redevelopment Sichuan, a nova escola foi concluída em apenas duas semanas e está em operação desde setembro. Antes da nova escola, os alunos caminhavam por uma hora, até a próxima escola para assistirem as aulas.

Figura 26 – Vista do observador no pátio da escola

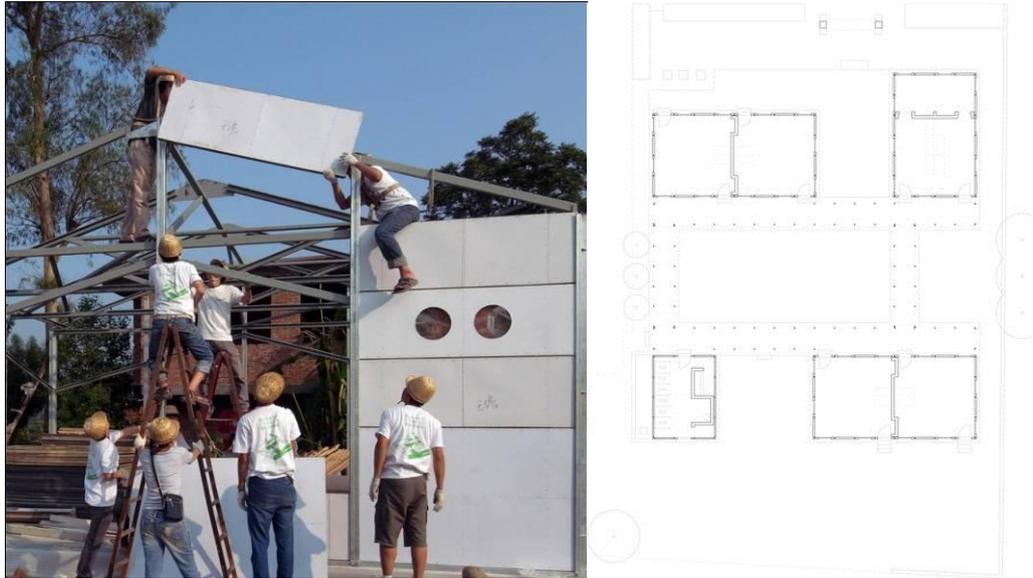


Fonte: Europaconcorsi (2014b)

A nova sede da escola é composta por quatro edificações de um pavimento que juntas conformam um pátio central. Possuem juntas aproximadamente 450 m², no programa encontram-se quatro salas de aula convencionais, uma sala multifuncional, uma sala de professores e um banheiro ecológico. A técnica de construção adotada permitiu concluir o projeto em duas semanas, de forma segura, e ecologicamente eficiente. Para a estrutura do prédio, que suporta as cargas da edificação, foram utilizados uma estrutura de aço, reforçada por painéis pré-fabricados fixados nos mesmos, formando uma estrutura leve, porém resistente.

Com a espessura de apenas 16 cm o sistema construtivo foi projetado a fim de resistir a fortes abalos sísmicos, e uma estimativa de vida útil de mais de 20 anos.

Figura 27 – Construção da fachada com a técnica do Steel Frame



Fonte: Europaconcorsi (2014b)

O projeto não foi pensado somente para ser desenvolvido e construído de forma rápida e resistente, mas também teve um cunho ecológico e sustentável, apresentando algumas diretrizes de projeto. A escola conta com um sistema de envelope, multicamadas que garante um isolamento térmico mais eficiente. Além disso, a disposição das aberturas foi pensada de modo que no verão se tenha um ambiente mais fresco, e no inverno mais aquecido. O sistemas de aberturas descentralizadas trazem iluminação para as salas, e ventilação natural, reduzindo o consumo de energia. A edificação conta também com juntas mecânicas, que evitam a utilização de compostos químicos (emissão de gases tóxicos), facilitando a desmontagem e manutenção. Conta também com aquecedor solar de água e vaso sanitário ecológico.

No projeto procurou-se integrar os materiais da antiga escola. Pedras, velhos tijolos e telhas foram reutilizados para compor mosaicos nos pisos, a fim desincentivar os trabalhadores da própria província a desenvolver seus ofícios e reduzir a dependência de materiais de construção industrializados.

Figura 28 – Imagem interna das salas de aula



Fonte: Europaconcorsi (2014b)

Além de ser um projeto de cunho social, e de reabilitação de uma edificação, a New Bud Eco School, acrescenta plasticamente para a proposta do projeto da Casa de Passagem. O projeto consegue conciliar a tecnologia da construção, utilizando uma técnica ainda pouco explorada aqui no Brasil, com a reutilização dos materiais locais sem descaracterizar e destoar à forma do local onde está inserido. Com a utilização de placas de cores diferentes, pode-se fazer um jogo na fachada (Figura 29), além das aberturas que podem seguir um ritmo nas faces do edifício.

Figura 29 – Composição da fachada com painéis coloridos



Fonte: Europaconcorsi (2014b)

Outro ponto que relevante para a escolha do projeto como referência formal, é a forma que está inserido no "terreno", configurando pátio interno, de forma a estimular a convivência. A questão do pensamento sustentável também apresentado no projeto agrega no sentido de mostrar que é possível produzir uma arquitetura de qualidade e ecologicamente mais eficiente.

5.2.2 Escola Primária de Mulan (EUROPACONCORSI, 2014a)

Arquiteto: Rural Urban Framework

Local: HuaijiCounty,Guangdong,China

Área: 503m²

Ano do projeto: 2012

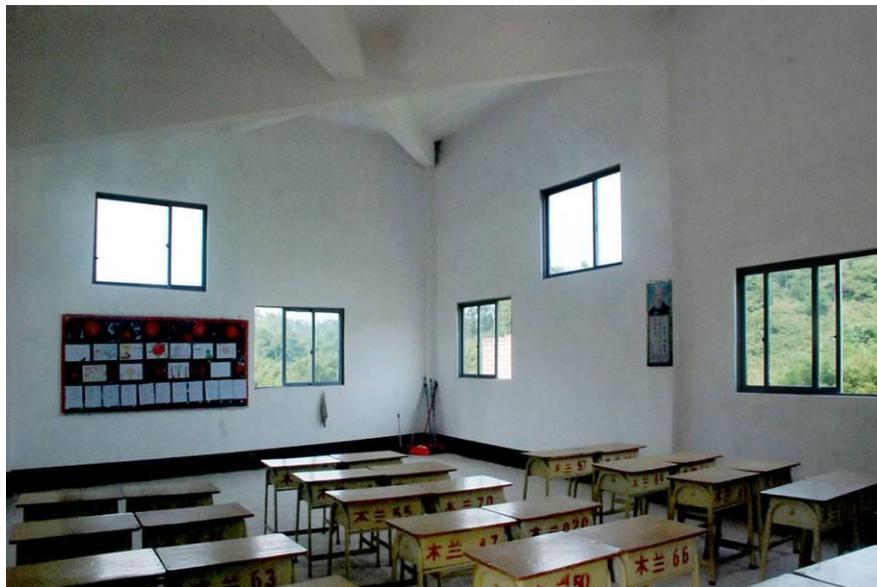
A escola primária de Mulan, referência escolhida, está localizada no município de Huaiji, próximo à província de Guangdong na China. O projeto consiste na ampliação da escola existente, que conta apenas com cinco salas de aula, pouca capacidade tendo em vista que algumas escolas da região serão desativadas. Com esse propósito viu-se a necessidade de expansão da atual sede incluindo mais 6 salas de aula.

Figura 30 – imagem do acesso ao prédio



Fonte: Europaconcorsi (2014a)

Figura 31 – Imagem da sala de aula



Fonte: Europaconcorsi (2014a)

Atualmente a escola conta com um edifício com telhado simples, e beiral saliente ao corpo do prédio apoiado sobre colunas. A implantação do edifício acontece de forma a conformar um muro (limites) em volta do pátio.

Figura 32 – Imagem do pátio da escola

Fonte: Europaconcorsi (2014a)

O novo projeto pretende não somente implantar novas salas de aula, mas também proporcionar um pátio adequado, e uma série de espaços abertos vinculados. A proposta traz como elementos um plano do teto que se prolonga do chão até a cobertura, conformando um novo espaço, uma sala de aula aberta e um local de convívio. Além disso os materiais utilizados na composição do telhado e das paredes é composta por azulejos antigos reciclados de várias aldeias próximas. Alguns elementos fazem deste projeto, uma referência interessante, como a colocação de telas perfuradas como fechamento do corredor externo, incentivando e externando a cultura do tecer das vilas, além de proteger a edificação dos raios solares diretos. Na conformação do pátio interno as paredes das edificações são trabalhadas com espelho-telhas, que criam miragens visuais e reflexões distorcidas que instigam as crianças a brincarem no local. A escola não atua somente como um local de ensino, mas também um espaço para a comunidade se reunir e extrair ao máximo as sensações, e áreas do projeto.

Figura 33 – Imagem do pátio



Fonte: Europaconcorsi (2014a)

Novamente, a questão da utilização de materiais locais e a conformação de um pátio interno que promova a socialização, foram aspectos relevantes para a escolha deste projeto como referência. A escolha de fechamentos, estrategicamente colocados, compondo um mosaico e uma descontração na fachada são pontos a serem destacados, pois despertam sensações, e curiosidade sem afastar os usuários.

5.3 OUTRAS REFERÊNCIAS

5.3.1 Goli& Bosi (LEI, 2014)

Designer: Studio Up

Localização: Split, Croatia

A escolha deste projeto como referência se dá, tanto pelo uso como pelo design conferido. Utilizado como hostel na croácia, a aplicação das cores fortes para os

ambientes agrada, além da forma com que são dispostos as acomodações. Os dormitórios têm um visual despojado e clean, e a sinalização é o que mais agrada, a forma com que a mesma é trabalhada e percorre todos os ambientes do prédio servirá de inspiração para os tratamentos internos da proposta.

Figura 34 - Sinalização gráfica visual



Fonte:Lei, (2014)

5.3.2 PARETS / Manuel Ruisánchez (PLATAFORMA, 2014c)

Arquiteto: Manuel Ruisánchezarquitecto

Localização: Barcelona, Spain

A proposta dessa habitação de caráter social possui vários elementos interessantes para o trabalho proposto, como a presença de vários pátios internos, que se configuram a partir da disposição dos volumes da edificação. Outro ponto com potencial são as aberturas que possuem um tratamento ora translúcido ora opaco, proporcionando tanto proteção solar como privacidade.

Figura 35 – Vista para o pátio interno



Fonte: Plataforma, (2014c)

Figura 36 – Imagem dos painéis translúcidos



Fonte: Plataforma, (2014c)

5.3.3 Centro Polivalente Valle de Salazar / gutiérrez de lafuente arquitectos (PLATAFORMA, 2014a)

Arquiteto: gutiérrez de lafuente arquitectos

Localização: Galluis, Espanha

O projeto deste centro de negócios e equipamentos para a comunidade teve iniciativa do governo de Navarra, cidade da Espanha. Por ser um prédio para utilização da própria população do local, o caráter da construção também

acompanha características que aproximam os usuários do mesmo. Essa relação de proximidade é uma busca da proposta para a casa de passagem. Acredito que pela configuração do prédio apesar de bem singular, a presença da cobertura semelhante ao telhado gera uma imagem familiar aos usuários.

Figura 37- Volumetria do projeto



Fonte: Plataforma, (2014a)

A forma com que tratam o interior grafitando as paredes com as próprias informações para os usuários facilita a locomoção interna além de tornar o ambiente despojado e divertido.

Figura 38 - Sinalização interna



Fonte: Plataforma, (2014a)

5.3.4 CGC Bellavista (PLATAFORMA, 2014b)

Arquiteto: SmiljanRadic + Eduardo Castillo

Localização: Bellavista, Santiago

Trazer elementos que aproximem o publico alvo para a utilização do edifício proposto é um desafio a ser conquistado. A proposta abaixo confere um caráter bem dinâmico e popular às fachadas, sem perder a qualidade plástica externa. É de interesse propor momentos em que se tenham trabalhos manuais e a participação dos usuários na confecção de trabalhos artesanais ou pinturas/grafites como os apresentados na referência.

Figura 39 – Grafite artístico na fachada



Fonte: Plataforma, (2014b)

6. PROJETO PRETENDIDO

6.1 PROPOSTA DE PROJETO

A proposta de uma Casa de Passagem para Novo Hamburgo vem de encontro à necessidade de um atendimento qualificado aos moradores de rua. Como abordado e demonstrado nos primeiros itens desta pesquisa, as políticas públicas referentes às pessoas em situação de rua ainda são precárias e pouco empregadas na garantia dos direitos dessa população desfavorecida. Fica claro após a análise das pesquisas censitárias tanto brasileiras, como em Porto Alegre, que de forma geral a maioria das pessoas nesta situação possui algum grau de escolaridade. Sendo assim, a possibilidade de capacitação é possível e adequada. A quebra dos paradigmas e preconceitos estabelecidos e praticados pela sociedade não acontecerá do dia para a noite, será necessário um trabalho de conscientização da população a cerca desta parcela de habitantes.

Desta forma a proposta do projeto tem o intuito de qualificar o espaço destinado ao morador de rua, deixando de ser somente um local de pernoite, mas sim, um local que dê esperança e subsídios para que o mesmo possa construir aos poucos a perspectiva de um futuro melhor. Abrangendo além de leitos para homens, mulheres e famílias, a Casa de Passagem traz as qualidades descritas nas outras categorias de abrigos, contemplando um grande centro de assistência e reinserção à sociedade. A intenção é que o local tenha uso diurno e noturno onde, além do convívio em grupo o indivíduo possa capacitar-se em alguma atividade, podendo assim atuar nas diferentes áreas do mercado de trabalho, gerando renda e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida. As necessidades básicas garantidas nas leis serão abrangidas na proposta, garantindo o acesso ao atendimento médico, escolar, alimentação, repouso adequado entre outros.

O Intuito é incentivar o usuário a utilizar o local (sendo para passar uma noite ou para uma estadia média), mas que este tenha suas tarefas diárias para a manutenção do bom estado do local, fazendo o uso e apropriando-se do mesmo. A participação nos afazeres mais corriqueiros como arrumar sua cama e ajudar nas tarefas de manutenção da Casa, será de suma importância para que este venha a adquirir responsabilidades e aprenda a respeitar os espaços que lhe são oferecidos como sua casa mesmo que de passagem.

6.1.1 Programa de necessidades e pré-dimensionamento

A partir das informações explanadas no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, o item abaixo apresenta o programa de necessidades prospectado para o projeto pretendido. A organização do mesmo se deu a partir das análises dos projetos análogos, admitindo futuras alterações caso haja a necessidade.

Para a organização do programa, o mesmo foi setorizado em seis grandes grupos: Administrativo, Atendimento, Serviços, Oficinas, Espaços Públicos e Leitos. O setor administrativo contempla as áreas necessárias para manter a Casa de Passagem em funcionamento na visão técnica, abrange os espaços de recepção, coordenação entre outros. Os setores de Atendimentos englobam os espaços destinados às consultas médicas, garantindo a qualidade da saúde dos moradores abrigados. Os Serviços, Espaços de oficina e Espaços Públicos terão o caráter responsabilizador e de capacitação, proporcionando o desenvolvimento educacional e também da aquisição de responsabilidade pelos espaços oferecidos. Por fim, os Leitos abrangerão os locais destinados ao descanso, sendo divididos em três categorias: Feminino (vinte mulheres), Masculino (trinta homens) e Familiar (até quatro famílias com quatro componentes). Segue abaixo a tabela 7, com o programa de necessidades e o pré-dimensionamento, respectivamente.

Tabela 8 – Programa de necessidades

PROGRAMAS DE NECESSIDADES							
SETOR	AMBIENTE	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTOS	CAPACIDADE (pessoas)	ÁREA	UNIDADE	ÁREA TOTAL m²
ADMINISTRATIVO	Recepção	Local de recebimento das pessoas	Mobiliário para recepcionista, cadeiras para espera	5	15	1	15
	Segurança/control	Sala destinada a segurança e controle dos acessos e dos setores dos dormitórios	mesa, equipamento eletrônico de filmagem.	2	10	1	10
	Segurança no andar	Balcao para segurança do setor, ou andar	Mesa/Balcão com equipamentos eletronicos e cadeira	2	10	2	20
	Administração	Local destinado às pessoas que trabalhareem na recepção, limpeza etc.	Estacoes de trabalho + móveis para estar	4	20	1	20
	Coordenação	Sala individual para o Coordenador	Estacoes de trabalho	1	10	1	10
	Dormitórios	Dormitórios destinados ao corpo administrativo do local	cama, balcão baixo , armário	4	20	2	20
	Sanitarios/Vestiar	Sanitarios e vestiários feminino e masculino destinado à administração	armários escaninhos, chuveiros, cubas, vasos,bancos	2	10	2	20
ATENDIMENTO	Médico geral	Consultório destinado ao médico geral para consultas	maca, estacao de trabalho com equipamento eletrônico, cadeiras para atendimento	2	15	1	15
	Psicólogo	Consultório destinado ao psicólogo para consultas	Estação de trabalho, poltronas	2	15	1	15
	Assistente Social	Sala destinada a entrevista da assistente social/ encaminhamentos	Estação de trabalho, cadeiras para atendimento	2	15	1	15
	Nutricionista	Consultório destinado ao nutrólogo para consultas	Estação de trabalho, cadeiras para atendimento	2	15	1	15
	Advogado	Sala destinada ao atendimento do advogado/ encaminhamentos	Estação de trabalho, cadeiras para atendimento	2	15	1	15
SERVIÇOS	Lavanderia Coletiva	Lolca destinado para lavagem de roupas	maquinas de lavar e secadoras	10	50	1	50
	Cozinha do abrigo	Cozinha para o preparo das refeições oferecidas pelo abrigo	mobiliario basico para cozinhas	5	25	1	25
	Cozinha Coletiva	Cozinha para o preparo proprio das refeições	mobiliario basico para cozinhas	5	25	1	25
	Refeitório	Salas destinadas às refeições	Mesas para várias pessoas	50	100	1	100
	Depositos	Depositos destinados a todos os setores que precisam armazenar produtos	Sala vaiza	0	15	4	60
	Estacionamento	Local destinado aos automóveis	vagas	10	12,5	1	12,5
OFICINAS	Salas de aula	Salas destinadas ao ensino regular/tecnico	classes e cadeiras	20	40	2	80
	Oficinas de materiais	Salas destinadas ao manuseio de materiais diversos	bancadas e banquetas	20	40	2	80
	Sala multimidia	sala destinada a apresentação de videos, filmes	cadeiras e equipamentos multimidia	20	40	2	80
	Sala multifuncional	Sala destianda à recreação	tatame	30	40	2	80
	Recreação infantil	Sala destinada às crianças	tatame, prateleiras	15	30	2	60
LEITOS	Dormitorios femininos	Dormitórios destinados apenas para mulheres	camas, armários	10	40	2	80
	Dormitórios Masculinos	Dormitórios destinados apenas para homens	camas, armários	10	40	3	120
	Dormitórios Familiares	dormitórios destinados a familias	camas, armários	6	20	5	100
	Banheiros/Vestiaros Femininos	Sanitarios e vestiários feminino	armários escaninhos, chuveiros, cubas, vasos,bancos	20	50	2	100
	Banheiros/Vestiaros Masculinos	Sanitarios e vestiários masculino	armários escaninhos, chuveiros, cubas, vasos,bancos	20	50	2	100
	Circulação	circulação interna	corredor/sinalização		180	2	360
ESPAÇOS PÚBLICOS	Pátio	Espaços abertos/ ora cobertos					
	Espaço de convívio/ Estar	Circulações/ ambientes que se formam a partir de espaços vazios					
TOTAL m²:							1702,5m²

Fonte: Autora (2014)

6.2 MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

Com a finalidade de elencar possíveis materiais e técnicas construtivas a serem aplicados no projeto pretendido, este item apresenta alguns deles que cumprem e atendem as exigências estruturais, os quesitos de conforto térmico, e a qualidade estética imaginada para o projeto arquitetônico.

6.2.1 Steel Frame

Prevendo a necessidade de se construir melhor com mais rapidez, cada vez mais os sistemas industrializados estão sendo aplicados no setor da construção Civil. Apesar de no Brasil essa técnica construtiva ser pouco explorada, e com mão de obra especializada com custo muito elevado em relação às tradicionais, favorece a preferência da maioria dos clientes em utilizar o modo tradicional de construir. Como o objetivo da Universidade é, também, promover o conhecimento e o desafio da aplicação dessas novas técnicas nos projetos, é essencial sabermos as informações básicas referentes às técnicas propostas (METÁLICA,2014)

Por ter uma precisão milimétrica, propicia a utilização de vãos maiores (até 12m) gerando menos resíduo na obra facilitando a limpeza do canteiro. O desenvolvimento da obra ocorre de forma convencional, desenvolve-se o projeto, de acordo com a modulação necessária para atender a técnica construtiva do steel frame. Como a estrutura do steel frame é significativamente mais leve do que as estruturas em alvenaria convencional, as fundações não precisam suportar cargas tão consideráveis, gerando uma economia de até 70% nesta etapa. As fundações podem ser do tipo radier, ou uma laje de concreto armado (FLASAN,2014).

A estrutura metálica é composta por perfis de aço galvanizados (Figura 40) previamente calculados projetados e executados com controle técnico rigoroso.

Figura 40 – Estrutura em Steel Frame



Fonte: Flasan (2014)

No revestimento externo existem diversas opções que se adequam melhor a cada proposta e intenção plástica de projeto, podendo ser por exemplo placas cimentícias parafusadas nos perfis da estrutura como na figura 41 (METÁLICA,2014).

Figura 41 – Imagem das placas cimentícias externas



Fonte: Metálica (2014)

O revestimento interno é feito com placas de gesso acartonado específico para cada área, sendo ST (Standart) para áreas secas, RU (Resistente à Umidade) para áreas úmidas e RF (Resistente ao fogo) para locais onde existe uma demanda maior pela proteção passiva (FLASAN,2014).

As instalações elétricas e hidráulicas são instaladas entre os montantes da estrutura de forma rápida e reduzindo a necessidade de quebra-quebra como na Figura 42 (FLASAN,2014)..

Figura 42 – Instalações hidrosanitárias



Fonte: Flasan (2014)

6.2.3 Coberturas

6.2.3.1 Coberturas Aparentes

As coberturas em telhado ainda despontam na preferência dos clientes na hora de construir, pela tradição e por ser mais utilizado nas construções. De certa forma o telhado aparente ainda remete ao aconchego e por muito tempo também ditava o status ou poder aquisitivo das pessoas, sendo o numero de águas uma forma de demonstrar poder. Atualmente as construções modernistas adotam outras soluções para as coberturas, mantendo uma linha mais clean, porém como

apresentado nas referências formais, a cobertura aparente se mostra adequada a proposta desenvolvida e por isso é apresentada como uma possibilidade de aplicação no projeto

O telhado convencional apresenta algumas vantagens em relação as lajes planas entre elas:

- Menor peso
- Melhor estanqueidade
- Maior durabilidade
- Menor suscetibilidade às movimentações do edifício

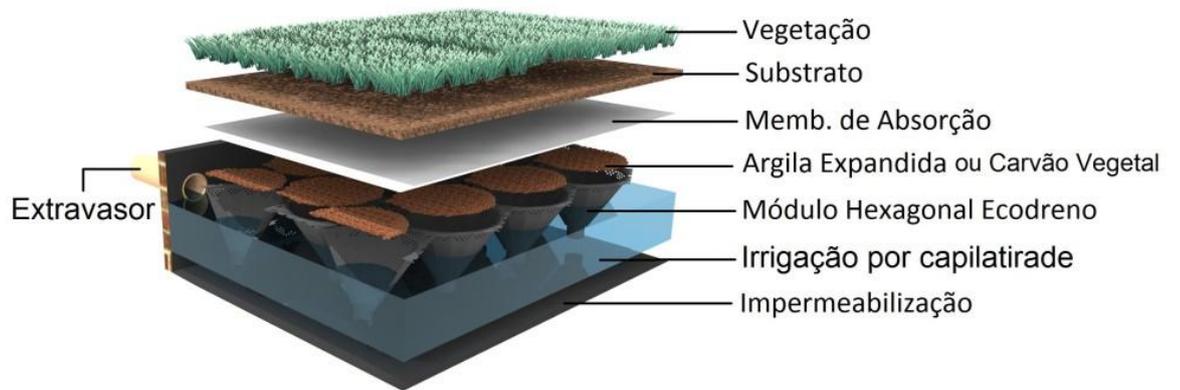
Os telhados aparentes podem ser feitos em estrutura de madeira, ou metálicos, e são constituídos pelo, telhamento, trama, estrutura de apoio e sistemas de captação de águas pluviais (calhas). As telhas podem ser cerâmicas, de concreto ou de aço, variando de acordo com a intenção plástica do projeto e pelo orçamento disponível.

6.2.3.2 Eco telhados

Assim como apresentado nas referencias complementares a utilização de telhados verdes, ou ecotelhados é cada vez mais frequentes, devido a estética que gera nas fachadas e também as mais diversas qualidades que apresenta. Esse tipo de cobertura é uma versão melhorada do telhado verde convencional e engloba todos os benefícios de um jardim suspenso comum. Entre as possibilidades oferecidas pelo sistema estão (ECOTELHADO,2014):

- Permite a instalação de cisterna para captação de água da chuva;
- Tratamento de efluentes (esgoto) do prédio para reuso;
- Admite a captação de energia solar através de placas fotovoltaicas;
- Oferece a possibilidade de utilizar o sistema de piso ventilado que funciona criando abaixo do piso um reservatório de água ou de ar que faça isolamento termo acústico e permita a passagem de fios ou tubulações necessárias;

Figura 43 – Imagem do esquema de montagem do Ecotelhado modelo Laminar alto



Fonte: Ecotelhado (2014)

Figura 44 – Esquema da montagem do ecotelhado tipo Hexa



Fonte: Ecotelhado (2014)

7. NORMAS TÉCNICAS

7.1 NBR 9077/ 2001 - Saída de Emergência em edifícios e especificações sobre prevenção de incêndios.

Ocupação é o uso real ou previsto de uma edificação ou parte dela, para abrigo e desempenho de atividades de pessoas ou proteção de animais e bens. Conforme a classificação da edificação quanto a sua ocupação (ANEXO C) o tema da proposta se enquadra na categoria A-3 (Uso residencial para habitações coletivas). Desta forma a população a ser considerada por m² determinada na Tabela 5 dos Anexos da Norma NBR 9077 é de duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4 m² de área de alojamento. Este dado é importante para cálculo das saídas de emergência. (ABNT 9077, 2001)

As larguras mínimas das saídas, em qualquer caso, devem ser as seguintes: 1,10 m, correspondendo a duas unidades de passagem de 55 cm, para as ocupações em geral. A largura das saídas deve ser medida em sua parte mais estreita, não sendo admitidas saliências de pilares e outros.

A saída de emergência compreende acessos ou rotas de saídas horizontais, isto é, acessos às escadas, quando houver, e respectivas portas ou ao espaço livre exterior, nas edificações térreas, além de escadas ou rampas e descarga. O número de saídas mínimas varia conforme área e altura das edificações (ABNT 9077, 2001):

- para edificações com menos de 750 m² e menos de 12m de altura é necessária 1 única saída, e se a altura for maior que isso, precisa-se de 2 saídas.

- para edificações com mais de 750m², independente da altura, são necessárias 2 saídas.

As escadas, rampas e descargas são dimensionadas em função do pavimento de maior população, o qual determina as larguras mínimas para os lanços correspondentes aos demais pavimentos, considerando-se o sentido da saída.

A largura das saídas, isto é, dos acessos, escadas, descargas, e outros, é dada pela seguinte fórmula:

$$N = P / C$$

Onde: N = número de unidades de passagem, arredondado para número inteiro;

P = população, conforme coeficiente da Tabela 5 do Anexo e critérios das seções 4.3 e 4.4.1.1;

C = capacidade da unidade de passagem, conforme Tabela 5 do Anexo.

Rotas de Fuga:

As distâncias máximas a serem percorridas para atingir um local seguro (espaço livre exterior, área de refúgio, escada protegida ou à prova de fumaça), tendo em vista o risco à vida humana decorrente do fogo e da fumaça, devem considerar a Tabela 6 do Anexo onde estão classificadas as características construtivas da edificação (ABNT 9077, 2001).

As portas das rotas de saída de emergência devem sempre abrir no sentido do trânsito de saída.

Quanto à classificação das edificações no quesito propagação de fogo a norma classifica a partir da técnica construtiva adotada para a estrutura, e para os materiais utilizados como fechamentos e demais revestimentos. As classificações podem ser consultadas nas tabelas da Norma (ABNT 9077, 2001).

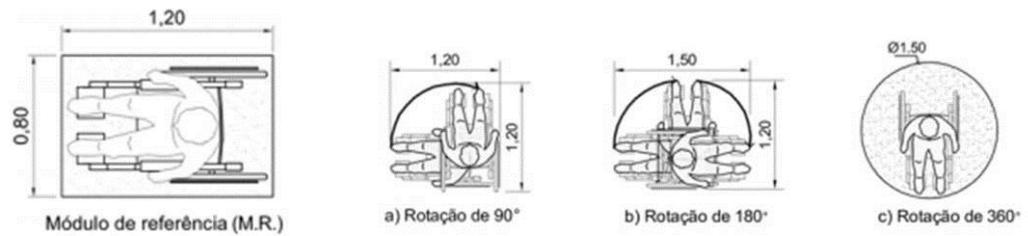
7.2 NBR 9050/2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

A NBR 9050 estabelece parâmetros técnicos quanto à construção, instalação ou adaptação de prédios, mobiliário urbano e equipamentos urbanos à questão da acessibilidade visando atender a maior quantidade de pessoas, independente da idade, estatura ou limitação física, visando a utilização dos espaços de maneira autônoma (ABNT 9050,2004).

Para a criação desses critérios foram consideradas várias condições de mobilidade como a necessidade de bengalas, cadeira de rodas, próteses e todos os outros aparelhos que complementam alguma necessidade individual.

Considera-se o módulo de referência a projeção de 0,80 m por 1,20 m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas, conforme Figura 45. As medidas necessárias para a manobra de cadeira de rodas, conforme a Figura 45 (ABNT 9050,2004).

Figura 45 – Área para manobra sem deslocamento



Fonte: ABNT NBR 9050 (2004)

Nos equipamentos urbanos todas as entradas assim como as rotas que ligam as principais funções de um edifício devem ser acessíveis. No caso da adaptação de um edifício existente é necessário pelo menos uma entrada ligada a rota acessível e as circulações de emergência e principal do prédio quando essas existirem não excedendo a distância de 50m entre elas (ABNT 9050, 2004).

A rota entre o estacionamento de veículos e a entrada principal do edifício também deve atender á acessibilidade e quando está não for possível criar vagas de estacionamento exclusivas para deficientes criando uma rota acessível.

Cancelas, catracas e portas giratórias também devem atender a norma, sendo dispensáveis dessas condições os acessos de uso restrito, carga e descarga, guarda e coleta de lixo etc... (ABNT 9050, 2004).

8. CONCLUSÃO

Com as análises realizadas é possível afirmar que o tema abordado é relevante e necessário. Esta temática está mais presente no cotidiano da população, sendo por canais de telecomunicações, por alguma experiência pessoal ou por uma percepção da vida nos centros urbanos. A preocupação com a parcela de pessoas em situação de rua não se limita apenas aos órgãos competentes, mas também é de atenção da população em geral.

A partir das bibliografias apresentadas fica evidente que ainda nos dias de hoje é necessário uma revisão e adequação das políticas, tanto municipais como estaduais e nacionais aplicadas a essa parcela da população. Em Novo Hamburgo, por exemplo, o cadastro de moradores acontece nos centros de assistência, ainda de forma manual e seu armazenamento se dá em arquivos mortos, suscetíveis a extravio, sem possibilidade de haver um *backup*. A carência da digitalização dos dados dessa parcela da população evidencia uma deficiência no controle e na aplicação das medidas sociais, uma vez que não se possui uma pesquisa relacionando as reais necessidades dos mesmos.

No Brasil, em 2007, com o esforço de várias entidades foi possível mobilizar e concretizar o primeiro estudo dedicado aos moradores de rua nos diferentes estados. Antes desta pesquisa essa parcela da população era ainda mais invisível. Com essa pesquisa censitária foi possível avaliar que tipo de moradores de rua estão nos mais diferentes locais públicos, o tempo de permanência nas ruas e o motivo para tal. Ficou explícito que a maioria deles está em situação de rua por violência familiar ou desentendimentos em casa, e que um número expressivo é alfabetizado e gostaria de sair desta situação.

Com todos os fatos apontados no decorrer da pesquisa, entende-se que as políticas atuais deveriam rever o conceito de tratamento para os moradores de rua, fornecendo possibilidades de capacitação para o mercado de trabalho, além de fornecer local para estadia e alimentação. Pois não adianta fornecer comida, cama e roupa limpa sem que se estimule o crescimento e se retome a confiança pessoal dos mesmos.

Para isso é necessário ter um local apropriado para atender as necessidades dos moradores, com espaços que tenham qualidade e sigam a função para qual foram destinados, o que hoje em Novo Hamburgo não acontece. Oportunizar tanto

espaços físicos de qualidade como também oportunidades de inserção no mercado são premissas que regerão o futuro projeto arquitetônico. E que a partir disto os órgãos responsáveis se sintam incentivados a promoverem de fato espaços e assistência de qualidade para as pessoas em situação de rua, para que as mesmas tenham esperança e busquem superar essa fase da vida.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>>. Acesso em: ago. 2014a.

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9077**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/73560318/NBR-9077-Saidas-de-emergencia>>. Acesso em: ago. 2014b.

ARGILES, Marilei dos Santos, SILVA, Vini Rabassa. **Assistência social e população em situação de Rua**. 2011. *In*: V Jornada Internacional de Políticas Públicas - Universidade Federal do Maranhão, Manaus, 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kNQ6qzIJby4J:www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/ASSISTENCIA_SOCIAL_E_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: ago. 2014.

BRASIL (2008). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: MDS. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:eei4fsKrJugJ:www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/cadernos-de-estudos/2007/no-5-sintese-das-pesquisas-de-avaliacao-de-programas-sociais-do-mds/arquivos/cad5.pdf/download+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: ago. 2014..

BRASIL (1993). **Lei de Nº 8.742 - Lei Orgânica de Assistência social**. Brasília, DF: Senado, 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: ago. 2014.

BRASIL (2009). **Decreto Nº 7.053 - Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersocial de Acompanhamento e Monitoramento**, Brasília, DF: Senado 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: set. 2014.

COURTESY OF GWYNNE PUGH URBAN STUDIO. **Capslo Homeless Services Center**. Disponível em: <<http://www.architecturenewsplus.com/projects/2130>>. Acesso em: set. 2014.

DORNELES, Espindola Aline, SILVA Borba Marta. **O retrato censitário da população adulta em situação de rua em Porto Alegre**. In: A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. Porto Alegre. 2012. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/a_ua_em_movimento.pdf>. Acesso em: jul. 2014.

ECOTELHADO. **Ecotelhado**. Disponível em: <<http://ecotelhado.com/portfolio/ecotelhado/>>. Acesso em: nov.2014

EUROPACONCORSI. **Escola Primária de Mulan**. Disponível em: <<http://europaconcorsi.com/projects/239960-Rural-Urban-Framework-Mulan-Primary-School>>. Acesso em: set. 2014a.

EUROPACONCORSI. **New BudEco School**. Disponível em: <<http://europaconcorsi.com/projects/153433-ZHU-Jingxiang-Architects-NewBud-Eco-School>>. Acesso em: set. 2014b.

GOOGLE EARTH. **Software Google Earth**. Novo Hamburgo. Imagem satélite, color. Escala indeterminada. Disponível em: < <http://earth.google.com.br/index.html> >. Acesso em: nov. 2014.

HISTÓRIA. **Novo Hamburgo, passado e futuro.** Disponível em: <<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/modules/catasg/novohamburgo.php?conteudo=70>>. Acesso em: nov. 2014.

LARRAZ,JAVIER ARQUITECTOS, **Homeless Shelter in Pamplona.** Disponível em: <<http://www.larrazarquitectos.com/detalle-proyecto.php/idioma/es/nombre/centro-de-acogida-para-personas-sin-hogar/idp/3>>. Acesso em: set. 2014.

LEI, Leo. **Goli Bosi** . Disponível em: < <http://leibal.com/architecture/goli-bosi/> >. Acesso em: nov. 2014.

METALICA,2014. **Casas Industrializadas: Estrutura de Aço e Fechamentos em Steel Frame.** Disponível em: <<http://www.metalica.com.br/estrutura-de-aco-e-fechamentos-em-steel-frame>>. Acesso em: set. 2014.

NOVO HAMBURGO. **Dados Gerais.** Disponível em: <<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/modules/catasg/novohamburgo.php?conteudo=70>>. Acesso em: nov. 2014.

PDUA – Plano Diretor Urbanístico Ambiental. **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO.** Disponível em: <<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/index.php?language=1&subject=12>> . Acesso em: nov. 2014.

PLATAFORMA. **Centro Polivalente Valle de Salazar.** Disponível em: <<http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-136022/centro-polivalente-valle-de-salazar-gutierrez-delafuente-arquitectos>>. Acesso em: nov. 2014a.

PLATAFORMA. **Cgb Bela Vista.** Disponível em: <<http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-264470/cgcbellavista-smiljan-radice-eduardo-castillo>>. Acesso em: nov. 2014b.

PLATAFORMA. **Parets.** Disponível em: < <http://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-279123/parets-manuel-ruisanchez-arquitecto> >. Acesso em: nov. 2014c.

QUIROGA, Júnia. **1º Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** *In:* Seminário Nacional sobre Direitos e Garantias da População em Situação de Rua. 2010. Apresentação em Power Point - Secretária de Avaliação e Gestão da Informação, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:sFA7K5JGN9sJ:www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/31/Documentos/1%25C2%25BA%2520Censo%2520e%2520Pesquisa%2520Nacional%2520sobre%2520a%2520Popula%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520em%2520Situa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520de%2520Rua.ppt+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: Agosto, 2014.

SEIBT, Taís. **Maioria dos moradores de rua de Porto Alegre se recusa a ir para um albergue.** Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 9 ago. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/08/maioria-dos-moradores-de-rua-de-porto-alegre-se-recusa-a-ir-para-um-albergue-4571357.html>>. Acesso em: ago. 2014.

SUAS, 2012. **Sistema Único de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasil. 2009. Disponível em: <<http://observatorio03.files.wordpress.com/2009/12/mds2.pdf>>. Acesso em: set. 2014.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva e tal. **Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização desfiliação e desterritorialização.** RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 7, n. 21, pp. 556 a605, dezembro de

2008. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/NormaArt.pdf>>. Acesso: set. 2014.

WIKIPÉDIA. **Novo Hamburgo.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Novo_Hamburgo>. Acesso em: nov. 2014.

10. ANEXOS

Anexo A – Formulário de Registro de Acolhida Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
Secretaria do Desenvolvimento Social - SDS
Diretoria de Assistência Social Especial – DASE
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSIST. SOCIAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA – CF

FORMULÁRIO DE REGISTRO DE ACOLHIDA SOCIAL

Nome: _____ Data nascimento: ____/____/____
Naturalidade: _____ Procedência: _____ Estado Civil _____
Filiação: _____
Escolaridade: _____ Profissão: _____
Emprego atual: _____ Função: _____
Último emprego formal: _____ Função: _____
Encaminhado por: _____ Etnia: _____
Documentos apresentados: () RG nº _____ () CPF _____
() carteira profissional _____ () título de eleitor _____
() outros _____ Possui cartão SUS? _____ Inscrito no CAD ÚNICO? _____
drogas () não () sim Qual: _____ uso: () eventual () abusivo
migrante () Com que idade começou a vir pra rua? _____
Se morador de rua, qual o motivo da saída de casa? _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
Secretaria do Desenvolvimento Social - SDS
Diretoria de Assistência Social Especial – DASE
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSIST. SOCIAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA – CREAS POP

Vulnerabilidade constatada: _____

Encaminhado para: () Psicossocial
() Assistência Social
() Educador Ocupacional

Responsável pelo atendimento

Administrativo/Coordenação

APÊNDICES

APÊNDICE A

ENTREVISTA 1 - Centro de Referência Especializado de Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua - CREAS POP - Coordenador: Roni Antonio Gomes

- 2.1 Existe uma procura espontânea dos moradores de rua pelo abrigo?
- 2.2 Qual a característica da população que procura o abrigo, são na maioria famílias, homens, mulheres ou idosos?
- 2.3 É feito um cadastro dessas pessoas?
- 2.4 Quais os atendimentos oferecidos?
- 2.5 Existe um retorno dessas pessoas?
- 2.6 Quais as principais reclamações, ou críticas apontadas pelos moradores?
- 2.7 Como funciona o recebimento dos moradores, quais os espaços em que tem acesso?
- 2.8 Qual o horário de funcionamento do abrigo, os moradores de rua podem utilizar durante o dia?
- 2.9 Qual é o procedimento adotado para acionar o recolhimento destas pessoas? Existe um número de telefone?
- 3.0 O morador de rua procura o abrigo somente em condições adversas (frio/chuva), ou existem moradores assíduos?
- 3.1 Como é o processo de recebimento dos moradores no abrigo, podem entrar com animais?
- 3.2 Os pertences pessoais, ou carrinhos de armazenamento de materiais têm local destinado para ficarem quando o morador chega no centro de assistência?
- 3.3 Os quartos são separados por sexo? Famílias tem local separado?
- 3.4 O banho é obrigatório?
- 3.5 O recolhimento destas pessoas acontece mesmo que este esteja alcoolizado ou tenha feito o uso de drogas ilícitas?
- 3.6 Existe carro para recolhimento?
- 3.7 Existe algum dever que deve ser cumprido pelos usuários, por exemplo lavar a louça da janta, arrumar a cama?

3.8 Vocês costumam pesquisar o histórico do morador de rua? Saber de onde veio, suas

3.9 Existe um encaminhamento dessas pessoas para capacitações de alguma forma?

4.0 Já tiveram retorno de algum usuário do abrigo que conseguiu sair das ruas?

3.1 Qual o papel da psicologia dentro do abrigo do CREAS POP?

3.2 Como acontece a abordagem para com os moradores?

3.3 Existe recusa ao atendimento, ou na maioria das vezes é bem aceito?

3.4 Quais as principais causas abordadas pelas pessoas em situação de rua em Novo Hamburgo, para justificar a recusa em utilizar o abrigo para reabilitação à sociedade ou apenas para pernoitar?